

BRASIL, 200 ANOS DE ~~IN~~DEPENDÊNCIA E DÍVIDA

O endividamento marca nossa história e perpetua desigualdades sociais



Nada mais substancialmente profundo que completar 200 anos de Independência no contexto que temos. O atual governo explicita as contradições mais profundas da construção histórico, cultural, social, política e econômica do Brasil. A Independência se fez a partir da garantia de que questões como a posse e controle da terra, o trabalho escravo e os privilégios da elite não fossem tocadas.

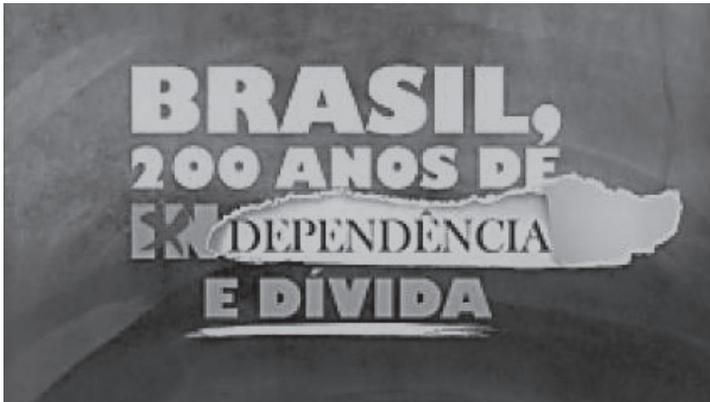
Estamos falando de uma nação que nasceu de costas para seu povo, comprada por uma dívida com Portugal que se acumulou com a dívida que o país já tinha com a Inglaterra e que, sem pudor ou vergonha, foi transferida para o povo brasileiro. Entretanto, esse processo não foi tranquilo. Houve resistência e ainda há! Diversas.

Muita coisa para poucas páginas. Ficaré o gostinho para saber mais... Que entremos de cara na história do Brasil e possamos transformá-la, desde baixo, desde os povos.

Sandra Quintela

Economista, educadora popular e articuladora da Rede Jubileu Sul Brasil

Rede Jubileu Sul Brasil



Brasil, 200 anos de (In)dependência e dívida

Realização



Parceria:



Apoio:



Cofinanciado pela
União Europeia

O conteúdo desta publicação é de responsabilidade exclusiva da Rede Jubileu Sul Brasil. Não necessariamente representa o ponto de vista dos apoiadores, financiadores e cofinanciadores: Instituto de Relações Exteriores - IFA, Ministério das Relações Exteriores Alemão, Programa de Financiamento Zivik, Catholic Agency for Overseas Development(CAFOD), DKA Áustria -Agência de cooperação de Katholische Jungschar e União Europeia.

BRASIL, 200 ANOS DE ~~IN~~DEPENDÊNCIA E DÍVIDA

O endividamento marca nossa história e
perpetua desigualdades sociais



©2022 Rede Jubileu Sul Brasil

Produção: Grupo de Trabalho Dívida da Rede Jubileu Sul Brasil (André Lima, Dirlene Marques, Francisco Carneiro de Filippo, Luis Fernando Novoa, Magnólia Said, Rosilene Wansetto, Sandra Quintela, Talita Guimarães).

Artigos: Alessandra Miranda, Alfredo J. Gonçalves, Aline Miglioli, André Lima Sousa, Dirlene Marques, Fabio Luis Barbosa dos Santos, Helder Gomes, José Valdeci Santos Mendes, Luis Fernando Novoa Garzon, Magnólia Said, Marcos Arruda, Nilo Sergio Aragão, Polly Policarpo, Rosa Marques, Rosilene Wansetto, Secretaria Nacional do Grito dos Excluídos e Excluídas, Sandra Quintela, Virgínia Fontes.

Revisão: Paulo Victor Melo / Rejane Nascimento

Assistente de projetos: Raíssa Lazarini

Coordenação de comunicação: Jucelene Rocha

Assistente de comunicação: Flaviana Serafim

Projeto gráfico e diagramação: Marcos Carvalho

Capa: José Bruno Lima

Contato: secretaria@jubileusul.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823

Brasil, 200 anos de (In)dependência e dívida/organizadoras: Sandra Quintela, Rosilene Wansetto; colaboradores: André Lima, Talita Guimarães; coautoria: Magnólia Said, Luis Fernando Novoa. – 1. ed. – Fortaleza: Editora Karuá, 2022.

ISBN 978-65-87480-34-3

1. Rede Jubileu Sul Brasil. 2. História do Brasil. I. Quintela, Sandra. II. Wansetto, Rosilene. III. Lima, André. IV. Guimarães, Talita. V. Said, Magnólia. VI. Novoa, Luis Fernando

CDD: 981

Alia Almeida Santos – Bibliotecária - CRB-3/1583

Apresentação

Sandra Quintela

*Organizadora do livro e articuladora nacional
da Rede Jubileu Sul Brasil*

200 anos de independência. Dizemos assim: (in) dependência. Esse livro tem o propósito de fundamentar, por meio de diferentes abordagens, o continuado processo de dependência e dívida pública financeira. Nascemos como uma nação endividada. Acumulamos, para além das dívidas históricas com o povo indígena e negro, um dívida externa que funcionou como moeda de troca para a tal (in)dependência.

O cenário de crise financeira agravada pelas diversas revoltas populares contra a Coroa portuguesa joga a nascente nação nas mãos dos banqueiros internacionais. Portugal, que acumulava uma dívida com a Grã-Bretanha, transfere essa dívida para o Brasil. Além desta, no dia 29 de agosto de 1825, o Tratado de Paz e Aliança oficializou o reconhecimento por parte da Coroa. Segundo esse acordo, o governo brasileiro deveria pagar uma indenização de dois milhões de libras esterlinas para que Portugal aceitasse a independência do Brasil.

Anterior a esse fato, nasce em 1824 a primeira constituinte que mascara a escravidão e o latifúndio. Ao contrário do Haiti, que desde uma revolta de escravizados conquista sua independência frente à França de Napoleão, ou as nações hispânicas como México, Colômbia, Argentina, Equador e outras que desde os libertadores como Bolívar, Martí e outros travam verdadeiras batalhas campais e muita luta para a conquista da independência. Aqui, o acordo

foi por cima. Enquanto se multiplicavam as revoltas populares, o próprio colonizador vendia nossa independência enquanto massacrava quem gritava. Multiplicam-se as revoltas populares pós-independência, mas isso merece outro livro.

Pagamos muito caro por isso até hoje. O racismo estrutural, o latifúndio, a violência institucional, a economia das *commodities* para exportação, a perpetuação das desigualdades, em resumo, um projeto de nação cujos interesses são voltados para perpetuar o colonialismo, já que os interesses externos e das elites imperam.

Diante de tal herança histórica, esse livro nasce como uma contribuição da Rede Jubileu Sul Brasil no contexto desafiador em que estamos. É um esforço coletivo, e desde já agradecemos às autoras e autores que aceitaram de pronto o desafio de traçar em poucas palavras conteúdos tão densos. A publicação está organizada em quatro partes: Cenário Histórico e político da (in) dependência; O ontem e o hoje da (in)dependência; De qual dívida mesmo estamos falando?; e Nossas buscas por independência.

Na perspectiva do cenário histórico, padre Alfredo J. Gonçalves questiona: “Por que, após anos de abertura e experiência democrática, tornou-se possível a ascensão da extrema-direita, do autoritarismo e do negacionismo?”.

Analisando as relações entre a independência e a escravidão, o sociólogo Nilo Sergio Aragão, afirma: “Se a independência incompleta brasileira manteve o latifúndio e a escravidão como projetos centrais das classes dominantes, se uma certa historiografia oficial procurou esconder, apagar ou esvaziar de potência transformadora a história do povo brasileiro, identificamos com clareza os herdeiros desse projeto antipopular: o agronegócio, o sistema financeiro e o alto empresariado brasileiro”.

A publicação faz um percurso analítico a respeito da relação entre a história da (in)dependência, sua relação com o processo de endividamento e como desencadeou e ainda alimenta as dívidas sociais com a população negra, comunidades tradicionais e povos originários, com as mulheres e as pessoas empobrecidas. “Nestes 200 anos de (in)dependência, se olharmos para a escandalosa situação em que se encontram os povos e comunidades tradicionais, assim como as populações empobrecidas que dependem da subsistência local, é perceptível as extremas violações marcadas sobretudo pela dependência do capital e sua política da propriedade privada que alimentam modos de produção acima das vidas de comunidades inteiras”, denuncia o artigo “Povos quilombolas e dívidas históricas”, assinado pela secretária executiva da 6ª Semana Social Brasileira, Alessandra Miranda e pelo presidente da Comissão Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e bispo da Diocese de Brejo (MA), dom José Valdeci dos Santos Mendes.

A quarta parte, “Nossas lutas por independência”, aborda iniciativas populares da sociedade civil organizada que seguem mobilizadas por uma real independência. O capítulo dedicado a apresentar o Grito dos Excluídos e Excluídas, que em 2022 está em sua 28ª edição, questiona: (in)dependência para quem? “Não basta uma independência politicamente formal, a verdadeira independência passa necessariamente pela soberania de um país e de seu povo”, diz uma parte do artigo assinado pela Secretaria Nacional do Grito dos Excluídos e Excluídas.

No campo da resistência popular, o capítulo 12 destaca a questão da dívida pública e os 23 anos de luta da Rede Jubileu Sul Brasil. “Trabalhamos juntos e juntas no desenvolvimento de um movimento global pelo cancelamento e repúdio às dívidas externas e internas, e exigindo a reparação e restituição do imenso dano que provocam aos países endividados e ao desenvolvimento humano, social, ambiental, político e econômico de nossos povos”, destacam Rosilene Wansetto, da secretária executiva da Rede

Jubileu Sul Brasil, e a educadora popular, economista, articuladora da Rede Jubileu Sul Brasil Sandra Quintela, no artigo que fecha a publicação.

Temos diante de nós enormes desafios. A encruzilhada em que nos encontramos nesses 200 anos nos leva a refletir profundamente e nos chama a agir. Que país queremos? Como enfrentar esta história de dependência? Como aprofundamos e articulamos ainda mais as diversas lutas, resistências, enfrentamentos, alternativas e muito mais nesse mutirão por um novo Brasil? De fato, os 200 anos nos convocam a reconstruir esse país. Tarefas não nos faltam. A luta pela liberdade, pelo “Independência ou morte” precisa ecoar não mais dos colonizadores, mas sim das mulheres negras, das periferias, dos povos indígenas, dos quilombolas, dos povos em lutas que nunca se calaram desde 1.500 quando aqui aporta esse projeto, o qual queremos reconstruir em outras bases.

Boa leitura!

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	11
PARTE 1: CENÁRIO HISTÓRICO E POLÍTICO DA (IN)DEPENDÊNCIA	
CAPÍTULO 1: 200 anos de (in)dependência do Brasil.....	17
CAPÍTULO 2: A dívida pública: falando sério com pessoas comuns.....	25
CAPÍTULO 3: Independência e escravidão.....	33
PARTE 2: O ONTEM E O HOJE DA (IN)DEPENDÊNCIA	
CAPÍTULO 4: Dívida pública e luta de classes	41
CAPÍTULO 5: Dívida e financeirização da economia	49
CAPÍTULO 6: Do Plano Real em diante	57
CAPÍTULO 7: Endividamento e perda do projeto de soberania nacional	67
CAPÍTULO 8: Atuação das instituições financeiras multilaterais na geração de dívida: uma trajetória de perdas e danos	73
PARTE 3: DE QUAL DÍVIDA MESMO ESTAMOS FALANDO?	
CAPÍTULO 9: Ponto de não retorno na Amazônia: de qual irreversibilidade estamos falando?	83
CAPÍTULO 10: Pela vida das mulheres: liberdade, abaixo o capital!	91
CAPÍTULO 11: Povos quilombolas e dívidas históricas.....	99
PARTE 4: NOSSAS BUSCAS POR INDEPENDÊNCIA	
CAPÍTULO 12: Grito dos Excluídos e Excluídas: A luta pela desmilitarização, das arquibancadas às ruas e praças	107

CAPÍTULO 13: Dívida Pública: 23 anos de lutas da Rede Jubileu Sul Brasil.....	117
--	-----

PRÓLOGO

Marcos Arruda

Economista, educador, autor de livros sobre dívida pública e colaborador na fundação da Rede Jubileu Sul Brasil

O primeiro aceno é: busquemos como horizonte utópico a verdadeira independência e a soberania solidária. A verdadeira independência é, de fato, interdependente. Assim como nenhum indivíduo vive solitário, assim também todo povo floresce em relação contínua com outros povos e com o ambiente natural. Este livro mostra que as relações coloniais de produção impediram os povos colonizados de estabelecer um caminho próprio de desenvolvimento e de gozar do direito à vida. Os colonialistas impuseram a opressão, manifesta na dominação militar repressiva, a subserviência do bloco colonizado aos interesses econômicos e culturais dos opressores, agravados pela prática dos valores racistas e misóginos que marcaram as relações colonizador-colonizado.

A soberania solidária também é parte do nosso horizonte utópico. Não só como afirmação da própria identidade e dos seus valores culturais, mas também como atitude que inspira modos de relação entre as pessoas, as comunidades e os povos. É a escolha de colaborar, em vez de competir, de reconhecer no outro uma irmã, um irmão da grande família cósmica. Todo o contrário das relações que a Europa seiscentista impôs aos povos de Abya Yala (nome indígena das Américas antes da invasão europeia).

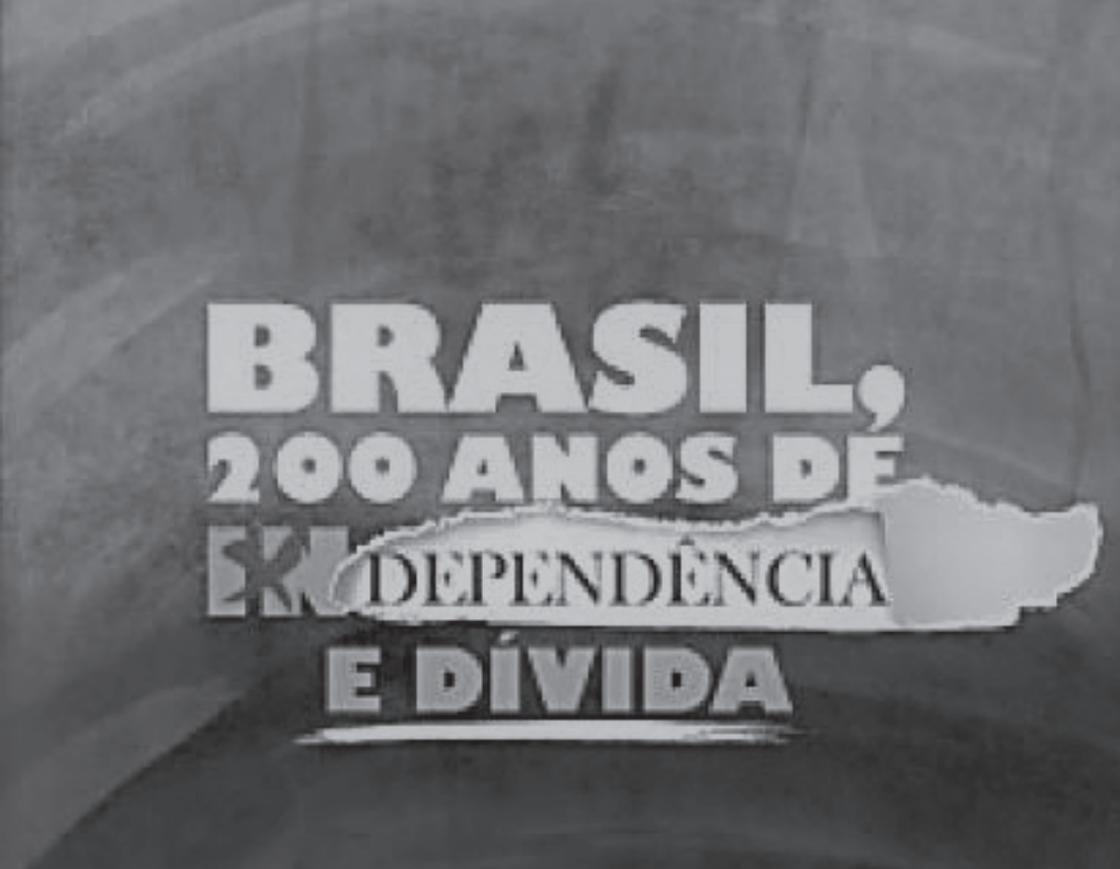
O Brasil é um dos países mais ricos do mundo: minérios, florestas, fontes diversas de energia, clima largamente propício para gerar cultivos abundantes e nutrição saudável para todos, diversidade e complementaridade de biomas, águas superficiais, mananciais, grandes aquíferos subterrâneos e ricos ecossistemas costeiros. E, sublinhemos, uma população predominantemente mulata e caiçara, que é parte da “raça cósmica” em formação. Pois temos no nosso território o suficiente para suprir a maior parte das nossas necessidades, e podemos compartilhar os excedentes com povos irmãos que sofrem de carências diversas. Para isso, temos que reintroduzir a solidariedade como uma atitude que envolve maturidade e empatia.

A essência da solidariedade é a reciprocidade voluntária, que substitui a relação devedor-credor e inaugura a era da mutualidade e da proporcionalidade. Ao ver chegarem as caravelas, os ameríndios os presentearam com o que tinham de mais valioso: seus trabalhos artesanais, metais preciosos trabalhados por eles, alimentos deliciosos e desconhecidos dos chegantes. Mais importante, abriram seu coração para acolhê-los. Esta atitude de respeito ao diferente foi respondida com espadas, lanças e fuzis. Entre aqueles tempos e o século 21 os termos da relação sofreram algumas mudanças, mas a essência etnicista, patriarcal e opressora permaneceu.

Já se vão mais de cinco séculos de heroica resistência, de encarniçada luta pela sobrevivência e de cruento genocídio sofrido pelos povos autóctones. E, no rastro desta trágica epopeia, pesquisadores calculam, a arrogância exterminadora levou cerca de 70 milhões de nativos e nativas, escravos e escravas a diversas formas de tortura e à morte. Assim também, à extinção de diversos povos e culturas, e ainda de inúmeras espécies animais e vegetais, resultado de intenso desmatamento, sobre exploração dos bens naturais e maus-tratos aos biomas e ecossistemas. Na verdade,

os europeus acumularam um complexo de dívidas dos quais os povos de origem afro e os nativos são credores: dívida histórica, social, ambiental, humanitária.

O Brasil atual é testemunho gritante deste endividamento. E o instrumento mais perverso de submissão neste tempo histórico é a dívida financeira, cuja outra face são as dívidas mencionadas acima. A configuração social mudou, e hoje as classes cujos interesses são divergentes ou antagônicos incluem as camadas que vivem do seu trabalho – formal ou informal – em luta pela sua independência frente aos banqueiros e os grandes empresários transnacionais que manipulam o poder político e controlam lacaios locais. (In)dependência é fruto do respeito aos que habitam o território, cujo direito a autogerir-se e a ter a hegemonia sobre seu território ainda precisa ser conquistado.



**BRASIL,
200 ANOS DE
(IN)DEPENDÊNCIA
E DÍVIDA**

PARTE 1
CENÁRIO HISTÓRICO E POLÍTICO
DA (IN)DEPENDÊNCIA

CAPÍTULO 1

200 anos de (in)dependência do Brasil

Alfredo J. Gonçalves*

Neste bicentenário da independência do Brasil (1822–2022), nada melhor que conhecer os clássicos da historiografia científica, no sentido de entender os nós, entraves e impasses de nosso atraso e de um desenvolvimento bem aquém das potencialidades deste “gigante adormecido”. Por que um país tão rico quanto o Brasil tem abrigado uma população majoritariamente pobre, especialmente entre os indígenas, negros e trabalhadores/as em geral? Por que, após anos de abertura e experiência democrática, tornou-se possível a ascensão da extrema-direita, do autoritarismo e do negacionismo?

Para responder a essas perguntas, não basta a matéria de história oficial ensinada nas salas de aula. Ao contrário, torna-se necessário percorrer as páginas de alguns cientistas sociais que se debruçaram sobre o passado de um país invadido e saqueado. Também não basta uma análise de conjuntura, temos de buscar elementos de nossa trajetória histórico-estrutural para entender o fio condutor que nos trouxe até a situação em que nos encontramos. Combinando os escritos do poeta e escritor uruguaio Eduardo Galeano com as obras do escritor guatemalteco Miguel Ángel Asturias, vê-se que, na América Latina e Caribe, onde a terra foi mais rica e pujante, a população acabou permanecendo mais pobre e abandonada.

Prova disso são, por exemplo, a região de Potosí, na Bolívia, onde a prata, após saqueada e convertida em moeda no velho continente europeu, deu origem a uma população hoje

estagnada; o vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, Brasil, onde o diamante e as pérolas preciosas, após extraídos, deixaram a população abandonada ao próprio destino; a região de Manaus, Amazônia, onde a exuberância da floresta e da natureza levaram à superexploração da borracha e dos trabalhadores migrantes que vinham do Nordeste, os quais, após o declínio desse ciclo econômico, acabaram por converter-se nas populações ribeirinhas, lembradas praticamente apenas nos anos de eleição; as civilizações Inca, Maia e Asteca que, após conquistadas e destruídas, legaram um cenário que serve apenas para o turismo.

Numa palavra, a riqueza do solo e/ou subsolo provocou a cobiça e a ambição dos invasores, junto com a miséria da população nativa. De forma paradoxal e em chave colonial, os tesouros da terra engendraram nossa pobreza histórica, como se fôssemos “mendigos sentados em montanhas de ouro”, para citar o livro *As veias abertas da América Latina*.

No Brasil as coisas não foram diferentes. Embora seja um dos maiores produtores de carne, de grãos, de minério, praticamente autônomo em petróleo, rico em água potável e com o grande patrimônio mundial da Amazônia – nada disso serviu para trazer um nível razoável de desenvolvimento à maioria dos cidadãos brasileiros.

Por isso é que os gritos pela independência começaram bem antes de 1822, e se prolongam até os dias de hoje. Que o diga o quilombo dos Palmares e a figura de Zumbi, bem como a atual preocupação dos povos indígenas e das comunidades quilombolas com o avanço da mineração, incentivada justamente pelas autoridades que deveriam proteger suas áreas reservadas.

As encruzilhadas históricas se repetem. Como no passado, atualmente estamos diante do populismo nacionalista, do autoritarismo, do corporativismo, do negacionismo – e de muitos

outros “ismos” – que nos obrigam a uma permanente atualização das respostas. Não basta imitar os nossos heróis e ancestrais, é preciso recriar suas intuições para os desafios de cada momento. Imitar pode ser uma forma de trair, uma vez que a história sempre coloca perguntas novas que requerem novas respostas.

Hoje, como ontem, seguimos dependentes da política dos países centrais e das regras férreas, inflexíveis e inexoráveis do mercado globalizado. Semelhante situação nos convida a retomar e revisitar as chaves de leitura que herdamos de alguns clássicos que estudaram mais a fundo a nossa história. Em termos etnológicos, antropológicos, sociológicos, políticos e econômicos, certamente alguns deles foram superados pelas pesquisas mais recentes, mas suas metáforas ainda nos ajudam a decifrar os enigmas e fantasmas que dominam nosso passado. Ler e estudar a história pressupõem sempre uma fidelidade criativa. Fidelidade a determinadas vigas mestras que atravessam estruturalmente os séculos e, ao mesmo tempo, criatividade para atualizar e contextualizar tais ensinamentos.

A dinâmica entre ruptura e continuidade marca o estudo da historiografia. O desafio está em discernir, em cada período, onde colocar o acento. De qualquer forma, os estudiosos que nos precederam trazem chaves de leitura que servem não apenas para ressignificar fatos históricos de relevância decisiva, mas também para entender os impasses e incertezas do presente, com seus contrastes, disparidades, injustiças e contradições. Chaves que, ao abrirem as portas do passado, descortinam janelas para os horizontes do futuro.

Dimensão econômica

Primeiramente, do ponto de vista econômico, os estudos de Caio Prado Junior, Celso Furtado, Florestan Fernandes, José de Souza Martins, Octavio Ianni, entre tantos outros, nos remetem ao

célebre tripé na economia brasileira. Esta, desde seus primórdios, assenta-se sobre o latifúndio (com origem nas sesmarias), o trabalho escravo (exploração máxima da mão de obra) e o cultivo dos produtos de exportação (fornecedor de matérias-primas).

Baseada na grande propriedade de terra, na superexploração do trabalho e no fornecimento de produtos básicos para os países ricos e centrais, nossa economia sempre esteve de braços abertos para a metrópole – seja ela Lisboa, Londres ou New York – e de costas para as necessidades fundamentais de seu próprio povo. Este, impotente diante dos impérios, vê o produto de seu trabalho escorregar por entre os dedos. No país com maior número de cabeças de gado do que cidadãos e cidadãs, qual a porcentagem de brasileiros que pode ter carne na mesa ao menos uma vez por semana?!

Até os dias de hoje, o tripé revela-se não apenas como uma chave de leitura, mas igualmente como uma metáfora viva e atual de nossa trajetória histórica. Não seria tão absurdo, por exemplo, falar não apenas dos latifúndios históricos do algodão, da cana-de-açúcar, do cacau, dos minérios e do café, mas também, atualmente, do latifúndio das comunicações, do agronegócio, da produção de carne, novamente dos minérios, das reservas de água doce ou da produção econômica em geral. A grande empresa prevalece sobre a pequena e média iniciativa, porque as opções do projeto político e econômico a favorecem.

Da mesma forma que persiste o trabalho escravo, ao lado de outras formas análogas e precárias de trabalho. E persiste igualmente o afã insaciável das exportações, do fornecimento de *commodities* ou produtos *in natura* para o mercado mundial, ficando em segundo plano a consolidação do mercado interno. Contradição das contradições, a população paga mais caro justamente por aquilo que produz em maior quantidade.

Dimensão política

Em segundo lugar, do ponto de vista político, a obra de Raymundo Faoro não nos permite esquecer que os donos do poder continuam aferrados com unhas e dentes às benesses das classes dominantes. As obras de Florestan Fernandes e de Darcy Ribeiro, por sua vez, também ajudam a ampliar esse cenário. Herdado da Península Ibérica, e encontrando solo fértil em terras de Santa Cruz, o conceito de patrimonialismo explica a apropriação privada da res pública, apropriação que inclui o erário, os privilégios, o tráfico de influência e a projeção pessoal. Tem sido comum na história brasileira administrar os problemas do Estado como se fossem negócios familiares.

Essa prática abre brechas para uma crescente promiscuidade entre o público e o privado, a ponto de qualquer obra realizada com o orçamento público ser inaugurada e recebida como se fosse um benefício de Fulano, Beltrano ou Sicrano de Tal, em geral candidatos às próximas eleições, mas sem qualquer compromisso com as próximas gerações.

Não é à toa que grande parte das obras leva o nome e uma placa do administrador de plantão. Neste momento, não seria difícil fazer desfilar aqui os diversos estados da federação, com seus respectivos “donos”! Também neste caso, a noção de “donos do poder” aparece simultaneamente como chave de leitura e como metáfora do “jeito brasileiro de fazer política”. Jeito onde o “toma lá dá cá” é a regra e o motor que faz funcionar os poderes e repartições públicas, desde o Congresso Nacional até os postos de atendimento mais simples e inexpressivos.

O “jeitinho brasileiro” tem aqui uma de suas faces mais perversas, que se traduz concretamente na política do coronelismo e no voto de cabresto, práticas que estão entre os maiores nós de uma verdadeira democracia. Decorre disso, por exemplo, a arrogância

e o autoritarismo crônico das classes dominantes brasileiras, as quais se revelam, mais do que propriamente conservadoras (o que também o são), extremamente obtusas e retrógradas, na contramão dos avanços democráticos da modernidade, além de avessas a quaisquer mudanças e aos direitos humanos em geral.

Dimensão sociocultural

Por fim, do ponto de vista sociocultural, lancemos um rápido olhar sobre o estudo de Gilberto Freire: *Casa Grande & Senzala*, para a realidade do campo, e *Sobrados e Mucambos*, para o mundo urbano. Também nos ajudam os conceitos cunhados por Roberto da Matta, Câmara Cascudo e Roger Bastide. No Brasil praticamente inexistente uma tradição de direitos adquiridos. A formação da sociedade brasileira desenvolve-se a partir de uma cultura de privilégios para a Casa Grande e favores para a Senzala.

O grande problema é que os favores oscilam em quantidade e qualidade de acordo com o humor ou os lucros do senhor. Quando este está mal-humorado ou quando vão mal os negócios do açúcar, do café, do algodão, da soja ou do gado, os favores são substituídos pelo chicote, pela polícia ou pelo exército. Pior ainda, quando os moradores da senzala se organizam e pretendem transformar os favores em direitos sistematicamente adquiridos, o peso da repressão foi e continua sendo a resposta das classes dominantes.

Os episódios de Canudos, Cabanas, Quebra-quilos, Contestado, Palmares, Eldorado dos Carajás e Felizburgo, entre outros, revelam isso à sociedade. Genocídio, chacina ou massacre são conceitos que explicam o drama de pessoas e famílias sumária e brutalmente eliminadas pelo simples fato de reclamar pelo direito à vida. Mais uma vez, a chave de leitura transforma-se em metáfora das relações sociais mais profundas no Brasil. Do lado da Casa Grande, estão aqueles que, por direito, podem estudar

e passar férias em Coimbra, Paris, Disneylândia ou Miami, pois dispõem de amplos recursos e possibilidades; do lado da Senzala, aqueles que, pelos lixões e ruas da cidade, disputam com os cães e abutres os restos de comida podre. De um lado, os senhores da terra, da renda, das riquezas e do poder; do outro, migrantes, sem-terra, sem emprego e sem rumo!

O esquema da *Casa Grande & Senzala* também se revela das profundadas desigualdades sociais que marcam o Brasil, nação que integra o BRICS (chamados países emergentes – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), mas que segue ostentando o título de uma das sociedades mais desiguais do planeta. A distância entre a base e o pico da pirâmide social é abissal e progressiva, tendo sido escancarada e agravada pela pandemia da Covid-19. Daí a coexistência ostensiva de mansões ao lado de favelas; de iates e carros de luxo ao lado de transportes públicos precários e irregulares; de um sistema de educação privado para os filhos da classe dominante ao lado de outro para os filhos dos trabalhadores e trabalhadoras (valendo o mesmo para a saúde, a segurança, o lazer, e assim por diante). “Ricos cada vez mais ricos às custas de pobres cada vez mais pobres”, como diria São João Paulo II, em sua viagem à Cidade do México.

Como em “dores de parto”

Nesse processo de formação em suas três dimensões – econômica, política e sociocultural – não podemos esquecer as “dores de parto” que deram origem à nação brasileira. A expressão “dores de parto” evidentemente não é neutra. Nela está subentendida a violência sofrida pelas mulheres indígenas e negras, como “matrizes” para o povoamento. Violência que, ao longo do tempo, irá acumular lições de resistência e enfrentamento ao regime colonial, mercantil e capitalista que desde cedo se impôs sobre as terras recém-invasadas.

Tanto que, até os dias atuais, são as mulheres que muitas vezes carregam sobre os ombros a organização vital de movimentos, Comunidades Eclesiais de Base, Pastorais Sociais, organizações não governamentais, redes e campanhas de libertação, para não falar de tantas outras lutas ocultas e não raro desconhecidas e desconsideradas. Inegável que o cuidado com aquilo que hoje chamamos de bem viver passa pela presença feminina na busca de novas soluções diante da devastação e destruição do solo, da vida e das relações.

O desafio está lançado. O bicentenário da independência constitui um marco, sem dúvida, mas, vale insistir, a luta começou muito antes de 1822 e segue sem tréguas. Quanta violência, massacres, feminicídios, miséria e fome teremos ainda de presenciar até que as coisas mudem? E quantos “governos da mudança” terão de ser eleitos? Felizmente, os trabalhadores e trabalhadoras não se deixam intimidar. Para além da retórica estéril do governo e da insensibilidade de alguns setores da sociedade, a marcha pelos direitos e a dignidade humana não se detém diante das cercas e das balas assassinas. No dizer do poeta, “quem sabe faz a hora, não espera acontecer”.

**Sacerdote da Congregação dos Missionários de São Carlos e vice-presidente do Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM).*

CAPÍTULO 2

A dívida pública: falando sério com pessoas comuns

Virgínia Fontes*

A questão das dívidas públicas parece algo de muito distante. São sempre trilhões ou bilhões de dólares ou de reais, somas que não conseguimos nem mesmo pensar ou ter uma ideia do que significam. É muito mais do que qualquer mega prêmio de qualquer loteria!

Os números são mesmo espantosos: a dívida interna federal brasileira somava, em dezembro de 2021, o valor de R\$ 7.378.330.084.715 (sete trilhões, trezentos e setenta e oito bilhões, trezentos e trinta milhões, oitenta e quatro mil e setecentos e quinze reais. No mesmo ano de 2021, pagamos de juros e amortizações a escandalosa quantia de R\$ 1.960.823.058.735 (um trilhão, novecentos e sessenta bilhões, oitocentos e vinte e três mil, setecentos e trinta e cinco reais). Isso corresponde a R\$ 5,4 bilhões pagos a cada dia!

Esses valores não fazem parte da lógica de nossas vidas, espremidas entre salários que encolhem dos que ainda têm empregos mais ou menos estáveis, e pior ainda, daqueles que se equilibram entre trabalhos diversos, precarizados, uberizados, diaristas, “empreendedores-pobres”, obrigados a “ralar” muitas horas para garantir o básico. Isso quando se consegue! Também para nós mulheres, com tantas tarefas no cotidiano, que têm de dar nó em pingo d’água no dia a dia que precisam acreditar que dará certo, e dar certo é ter apenas o básico para sobreviver.

Essa massa de dinheiro corresponde a uma parcela da riqueza que toda a população criou, e que reverteu para o governo como impostos. Mas, enquanto o Estado brasileiro corta os gastos para a população que produziu a riqueza — na saúde, na educação, no transporte, nos direitos — ele distribui esse dinheiro para os grandes capitalistas.

Em outras palavras, a primeira explicação da dívida pública é que se trata de um Estado que age como um Robin Hood ao contrário — tira duramente dos trabalhadores (com ou sem direitos) para distribuir para as classes dominantes.

Para isso, tais burguesias precisaram desqualificar a política e as lutas dos subalternos, comprando os partidos, comprando os parlamentares e ocupando quase diretamente os postos no governo e no Estado. Chegaram a mudar a Constituição, de maneira a garantir que as classes dominantes sempre passem na frente da maioria da população. Foi a triste Emenda Constitucional do Fim do Mundo, ou do Teto de Gastos, que precisou de um golpe de Estado para ser aprovada no governo vampiresco de Michel Temer. E que, é claro, é a menina dos olhos do governo de Jair Bolsonaro.

A segunda coisa importante é que essa massa de dinheiro expressa e traduz a concentração da riqueza das classes dominantes no Brasil. Elas são brasileiras e estrangeiras, e todas são tratadas pelos governos capitalistas com todos os mimos e carinhos. O mesmo não se pode dizer para o resto da população. Faço um pequeno intervalo para algumas palavras sobre o capitalismo.

Capitalismo

Essa concentração de riqueza evidente nos valores da dívida quer dizer aumento do capitalismo no país. Capitalismo é uma forma peculiar de organizar a sociedade.

a) de um lado, ficam os que detêm muitos recursos, mas não querem e não podem apenas ficar contentes com o que têm. Precisam valorizar tais recursos incessantemente. A maneira fundamental da valorização do valor, ou do capital, acontece por um encontro que nada tem de casual.

b) de outro lado, massas enormes de pessoas que precisam sobreviver e que não detêm os meios para produzir o que precisam. Essas massas estão nos campos e nas cidades. Foram expropriadas da terra que cultivavam, expropriadas das águas que alimentavam suas plantações, foram expropriadas dos direitos trabalhistas que conquistaram, e continuam a ser expropriadas de muitas maneiras. São esses trabalhadores, desde os diplomados até aqueles que não tiveram a chance de uma escolarização completa, que criam toda a riqueza existente, todos os bens que consumidos, desde a mais alta tecnologia, até os trabalhos de limpeza, as aulas, os remédios, a alimentação, a cultura. Em suma, não há riqueza que não seja resultado de processo de trabalho.

O capitalismo impõe a subordinação dos trabalhadores e trabalhadoras às classes dominantes, pois são expropriados de todas as condições de recusar essa subordinação, e essas expropriações se multiplicam. Por isso, a vida das grandes majorias sempre se complica, ao perderem direitos, ao serem obrigadas a comprar o que antes era coletivo (água, por exemplo). A riqueza produzida pelos trabalhadores vai para o bolso dos capitalistas na forma de lucros.

Fim do intervalo e voltamos ao terceiro ponto para compreender o papel da dívida pública. Como vimos, a dívida pública se destina a financiar os capitalistas. Quando a riqueza dos capitalistas é pequena, o Estado se endivida — com outros países ou bancos internacionais — para ajudar tais capitalistas a crescer. Quando os capitalistas locais (nativos ou estrangeiros) crescem, quando eles têm tantos recursos que não sabem como valorizá-

los, uma das maneiras é... emprestar dinheiro ao Estado, em troca de polpudos juros. Nas duas pontas a dívida pública se destina a financiar o capital. Quando eles acham que têm pouco capital, o Estado empresta a eles dinheiro a juros baixinhos, de pai para filho. Aí eles sempre prometem muito:

- que “darão empregos”, isto é, que vão explorar os trabalhadores. Mas apesar dos capitalistas enriquecerem com isso, não estão satisfeitos. Querem poder explorar os trabalhadores sem que eles tenham direitos trabalhistas, o que os ajuda duplamente, pois permite que os recursos públicos continuem indo apenas para eles, e barateia os salários que devem pagar. Na atualidade, exploram trabalhadoras e trabalhadores terceirizados, uberizados, por via remota, totalmente sem direitos. Os próprios trabalhadores e trabalhadoras devem pagar “pedágio” aos capitalistas para serem explorados.

- que vão “desenvolver o país”. De fato, constroem fábricas, implementam minerações e outros tantos. Em troca, nos deixam a devastação da natureza, a poluição de águas e ares, matam milhares em crimes ambientais. Mas não ficam satisfeitos, querem sempre mais e do dia para a noite deslocam as empresas, deixando milhares de desempregados e chantageando os que restam, exigindo mais uma vez que “apertem os cintos;

- que vão pagar tudo direitinho. Mas não costumam pagar... E aí, quando a dívida dos capitalistas é muito grande com o Estado, será que o Estado toma tudo deles? Claro que não! O Estado amigo do capital perdoa a dívida, ou a dilui em infinitas parcelas... Não foi assim com a dívida de mais de R\$ 500 bilhões dos empresários com a Previdência? Trabalhadoras e trabalhadores pagaram tudinho à Previdência, pois eram descontados em folha de pagamentos. Mas os capitalistas pegaram esse dinheiro e não pagaram nem a parte dos trabalhadores e trabalhadoras nem a deles próprios! E quem pagou duplamente a conta foram os

trabalhadores e trabalhadoras — viram desaparecer os recursos que pagaram para a Previdência, sob uma contrarreforma que ainda extorquiou mais direitos. Em certas ocasiões, esse Estado amigo do capital compra as empresas endividadas pagando muito dinheiro pelo que não valem. Em outras ocasiões, vende a preço de banana — para os capitalistas — as empresas públicas para as quais todos nós contribuímos. Quando os grandes capitalistas estão com excesso de capital que precisam valorizar, a quem eles emprestam? Para o Estado, que se endivida ainda mais para pagar a eles juros altíssimos, de pai para filho.

O ponto anterior já nos permite entender a quarta função da dívida pública — subordinar ainda mais os trabalhadores e toda a população, comprometendo o seu futuro. Não é difícil entender — se a dívida serve para engordar as classes dominantes, ela é utilizada de várias maneiras:

a) para rebaixar os salários — afinal, quantas vezes já ouvimos que “estamos todos endividados” e “todos” devem apertar os cintos, não é mesmo?

b) para retirar os direitos que estavam assegurados nas leis e nas Constituições, o que libera os recursos do Estado — o fundo público — para emprestar para os capitalistas, numa mão, e pagar juros para eles em outra mão. Enquanto isso, nós ficamos com uma mão na frente e outra atrás.

c) quanto mais endividado está o Estado, mais é preciso pedir dinheiro emprestado, pois os juros são sempre enormes. A dívida pública atua aqui como uma espécie de garantia de que não haverá melhorias para os trabalhadores e para a massa da população, pois os credores (os capitalistas) exigem do Estado que não “afrouxe” as rédeas. É a conhecida austeridade, que como sempre só vale para os setores populares.

É preciso falar ainda de um quinto ponto sobre a dívida pública, que impulsiona todos os anteriores. É o seu papel pedagógico. É quase a perversão dessa bela palavra, porque se trata de uma deseducação imposta de cima para baixo, que silencia as questões principais mas inunda as telinhas e as redes sociais tentando impedir a reflexão dos setores populares. Jamais conseguirão isso, mas seguem tentando. E o que pretendem ensinar?

1. Que as dívidas estão acima de tudo. Ou, em outras palavras, a única propriedade que é apoiada pelo Estado é a do capital. Nossas casas, motos, carros, telefones, celulares, brinquedos, carrinhos de pipoca, lojinhas, podem ser retomados a qualquer momento pelos proprietários do capital, com o apoio do Estado e das polícias.

2. Que o modelo de endividamento público deve ser replicado sobre a população, na oferta de crediários, de cartões de crédito, de empréstimos consignados, e em inúmeras formas de estrangulamento do futuro da população.

3. Procuram nos convencer que não somos trilionários ou trilionárias apenas porque não sabemos gerir nossos recursos. Que se soubéssemos fazer como eles, seríamos trilionários ou trilionárias. Só esquecem de dizer que não é uma questão de saber, nem de vontade, mas de dispor dos meios necessários. Eles controlam o capital e o Estado.

Essa conversa de gestão vem servindo para justificar a dívida e os pagamentos de juros através de um mecanismo perverso — o Estado, ao lado dos capitalistas, se recusa a pagar o que a Constituição obriga para a educação pública e para a saúde pública, por exemplo, argumentando que já é muito dinheiro e que o problema é de gestão do que existe. Assim, mandam suas empresas para “ensinar a gestão” nos setores públicos. Claro que

elas são bem remuneradas! E aproveitam para capturar mais um pedaço dos recursos públicos que deveriam ir para a população, pois vendem pacotes de “gestão”, e ainda passam a controlar diretamente o próprio funcionamento do Estado. Privatizam por dentro, e isso seguramente nos deixará mais endividados, pois teremos de pagar cada vez mais por aquilo que deveria ser público, universal, gratuito, laico e de alta qualidade.

Palavras, aliás, que os capitalistas e o Estado que eles capturaram, detestam. Ao que tudo indica, precisamos arrancar o Estado das mãos dos capitalistas, de maneira a instaurar de fato um mundo onde nossas conquistas populares sejam soberanas, um mundo onde o universal, gratuito, laico e de alta qualidade seja o predominante.

**Historiadora, ex-professora e pesquisadora da Universidade Federal Fluminense e autora, entre outros livros, de Reflexões impertinentes: história e capitalismo contemporâneo.*

CAPÍTULO 3

Independência e escravidão

Nilo Sergio Aragão*

Para iniciar o significado dos 200 anos da proclamação da independência, recorro a uma memória pessoal – a de ex-aluno da rede pública de ensino do Rio de Janeiro, em plena ditadura empresarial-militar, entre 1973 e 1984. Nos meus primeiros anos escolares, as datas nacionais eram, exclusivamente, comemorativas. Preparávamos trabalhos com colagens – sempre bom lembrar que não havia internet! –, copiávamos trechos de livros didáticos e enciclopédias, cantávamos o hino nacional. No meu caso, havia algum senso crítico – meu pai era um opositor à ditadura. Mas pouco, quase nada, era estimulado em termos de reflexão crítica pela escola e pelos professores. Entretanto, já nos anos 1980, a onda de lutas democráticas e populares se refletiu na produção de livros didáticos com tratamento novo, crítico, de história brasileira. Essa introdução busca situar a perspectiva desse artigo: a valorização do protagonismo popular na história do Brasil, em particular no aspecto *incompleto* da independência brasileira, e a falta de reformas estruturais favoráveis aos interesses populares como umas das causas fundamentais da manutenção do caráter dependente da economia brasileira, de privilégios das autointituladas elites e da continuidade de três estruturas fundamentais para o caráter perverso e excludente da sociedade brasileira: o racismo, o patriarcado e o latifúndio.

Situando a escravidão na expansão econômica da Europa moderna

De saída afirmemos: aquilo que os livros didáticos de história de minha infância escolar chamavam de colonização portuguesa foi, na verdade, uma invasão e um processo de conquista

européia. Seus impactos imediatos incluíram a destruição dos modos de vida das populações nativas e a introdução da escravidão em larga escala, complementada pela grande propriedade fundiária e a produção para o mercado – externo – e, portanto, para o lucro. A conquista colonial européia faz parte do processo de acumulação de capitais que permitirá o surgimento, na Europa Ocidental e Central, do modo de produção capitalista, fundamentalmente um sistema de exploração da classe trabalhadora.

Agora, definamos a relação escravista de produção, que caracterizou a sociedade e a economia brasileiras do século XVI ao XIX. Do ponto de vista legal, o escravo era considerado uma *propriedade*, tendo, assim, um dono ou mais. No sistema produtivo que se instalou no Brasil houve a opção por privilegiar a escravização de homens e mulheres, velhos e crianças, saudáveis e doentes de origem africana, pois o comércio de seres humanos escravizados era uma atividade altamente rentável para os comerciantes metropolitanos e para os comerciantes das colônias. Esse fato deu origem a uma atividade cruel e brutal, a forçada *Diáspora Africana*. Segundo o site *The Slave Voyages* (<https://www.slavevoyages.org/>), aproximadamente 4,8 milhões de pessoas foram trazidas em condições bárbaras para o Brasil, nos infames porões dos navios negreiros. Dois pontos devemos considerar a respeito dessa questão: a escravidão era parte integrante da formação do sistema capitalista em âmbito mundial e no Brasil; a escravização incluiu as populações dos povos originários, das tribos tupi-guaranis e outras que habitavam o litoral do território que veio a se chamar Brasil. Outro ponto a se considerar foi a permanente e feroz resistência ao escravismo, protagonizada pelos próprios homens e mulheres que sofriam a escravidão. A principal forma de resistência foi o quilombo. No Brasil, existem 5.972 comunidades remanescentes dessas lutas pela liberdade¹.

¹Fonte: site do IBGE. <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21311-quilombolas-no-brasil>. Acesso em 5 de julho de 2022

A Independência, um processo incompleto

Resumamos brevemente o processo que resultou na definitiva separação política do Brasil de Portugal. Em 1808 a família real portuguesa foge para o Brasil, com a corte se instalando no Rio de Janeiro, então capital da colônia. Sua fuga é resultado direto do *Bloqueio Continental*, a proibição francesa, através do seu imperador Napoleão Bonaparte, aos países europeus continentais de comerciarem com a Inglaterra. Dependente, Portugal não cumpriu o bloqueio, o que levou à invasão do país pelos exércitos napoleônicos.

Criou-se uma situação inédita no Brasil: o comércio direto com a Inglaterra. E isso permitiu uma queda nos preços das mercadorias importadas. Quando Napoleão foi derrotado, em 1815, o Brasil foi elevado a reino, unido a Portugal. Em 1820, a Revolução do Porto mostrou que o projeto da nobreza e da burguesia portuguesa era a recolonização do Brasil. É nesse quadro que Pedro de Bragança, herdeiro do trono português e príncipe do reino do Brasil, proclama nossa independência, em 7 de setembro de 1822. A data mostra o caráter *incompleto* do processo. Quem passa a governar o Brasil é um príncipe português, que convoca uma assembleia constituinte altamente excludente e mesmo assim rejeita seu projeto constitucional.

Na nossa independência, duas iniciativas que teriam possibilitado reformas estruturais da sociedade brasileira em um sentido popular são absolutamente excluídas: a abolição da escravidão e a distribuição de terras. A importante resistência pela liberdade protagonizada pelos quilombolas de Palmares, hoje estado de Alagoas, serviu, na historiografia oficial, produzida pela classe dominante, de forma surpreendente, para esconder as milhares de outras comunidades quilombolas, no campo e na cidade. Há que se ressaltar, numa resistência mais conhecida, três eventos diretamente políticos: a Conjuração baiana de 1798, a Revolta dos Malês de 1835 e a luta de independência do Haiti.

A Conjuração baiana de 1798 se apropriou das ideias iluministas de igualdade, liberdade e fraternidade e foi, de todas as lutas pela independência brasileira e outras rebeliões políticas, a única a propor claramente a abolição da escravidão. Foi dirigida e teve suas bases nas classes populares da cidade de Salvador².

A Revolução Haitiana resultou na independência do país – então a mais lucrativa colônia francesa – e na abolição da escravidão. Numa luta ininterrupta de 1791 até 1804, o povo haitiano mostrou a capacidade de luta de homens e mulheres submetidos às mais terríveis condições: seu espírito de sacrifício, sua inteligência política, sua capacidade de localizar seus próprios interesses, além de gerar um dos maiores líderes populares americanos: Toussaint Louverture (1743-1803). A revolução escrava-popular do Haiti se transformou no maior terror das elites proprietárias de terras e escravistas das Américas, que usaram todos os meios disponíveis para relegar o Haiti à miséria e tentar identificar, nas memórias das grandes lutas dos povos, a luta escrava pela sua liberdade, com a destruição e a miséria. Essa tese foi magistralmente refutada pelo intelectual nascido em Trinidad, C.L.R. James, em sua obra definitiva sobre a luta haitiana: *Os Jacobinos negros*³, publicada pela primeira vez em 1938. Por seu uso rigoroso das fontes, por demolir preconceitos históricos, pelo seu uso aberto e criativo do marxismo, James demonstra as perspectivas e as demandas presentes na revolução haitiana e como essa luta e suas lideranças influenciaram as decisões mais avançadas do jacobinismo francês. É uma leitura absolutamente fundamental.

² Para saber mais sobre essa rebelião e tentativa de uma historiografia vinculada às elites intelectuais brasileiras de *invertê-la historiograficamente*, ver a dissertação de mestrado de Patrícia Valim, *Da Sedição dos Mulatos à Conjuração Baiana de 1789: a construção de uma memória histórica*, disponível em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12022008-111026/publico/DISSERTACAO_PATRICIA_VALIM.pdf

³ Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos, tradução de Afonso Teixeira Filho, Boitempo.

A rebelião conhecida como Revolta dos Malês também foi protagonizada por homens e mulheres que eram submetidos à escravidão ou que dela haviam se libertado. Malês, palavra que se origina na língua yorubá e significa muçulmano, eram as pessoas escravizadas de religião islâmica, já devidamente sincretizada em práticas brasileiras. Tentaram tomar o poder na cidade de Salvador da Bahia, causando pânico nas classes abastadas e, mesmo, nas classes médias brancas do império brasileiro. A obra fundamental sobre esse tema é a do baiano João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês* (1835), Companhia das Letras, 2003.

Algumas conclusões

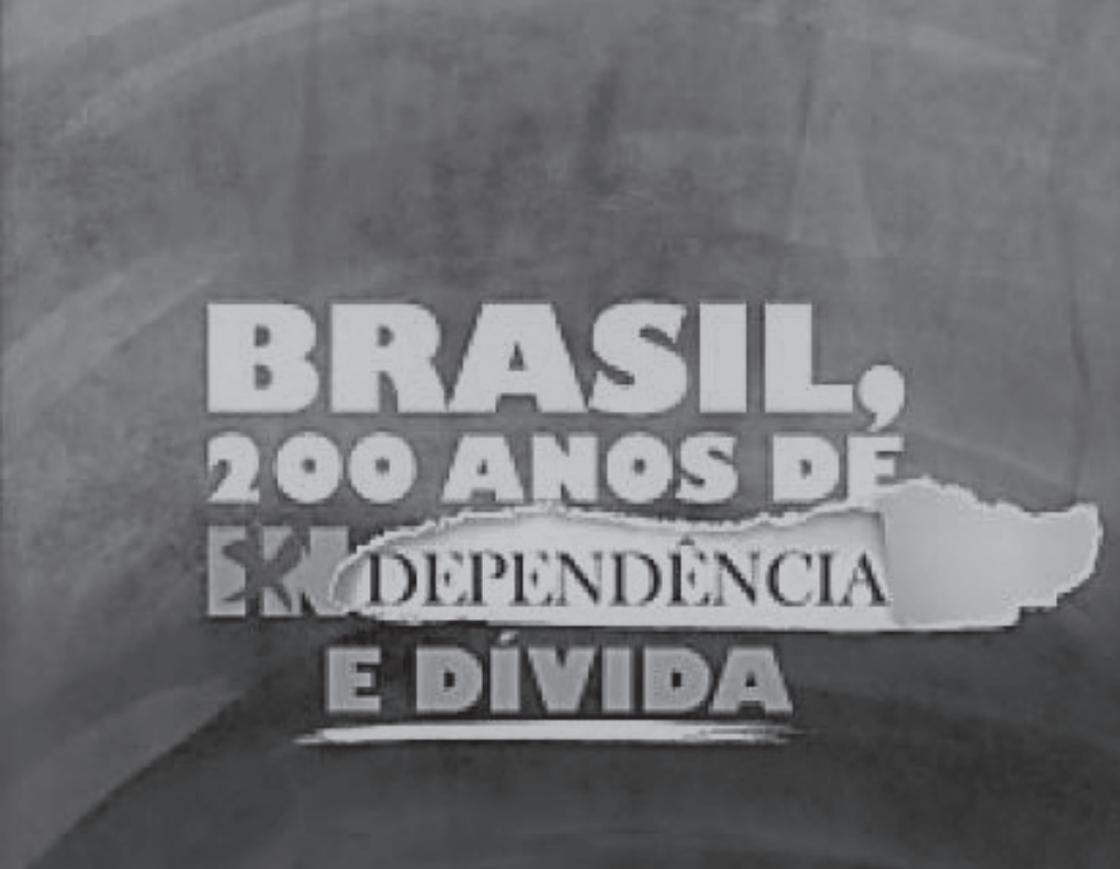
A história do Brasil continua precisando ser escrita e difundida em uma perspectiva das lutas populares e das reivindicações democráticas, e que atinjam nossos males seculares.

Como na pesquisa histórica não existe neutralidade – existe honestidade intelectual –, assumamos decididamente o ponto de vista dos de baixo e retomemos a herança dos oprimidos, resgatando suas lutas e sonhos que tantas vezes são semelhantes a lutas e sonhos que ainda são as nossas necessidades.

Se a independência incompleta brasileira manteve o latifúndio e a escravidão como projetos centrais das classes dominantes, se uma certa historiografia oficial procurou esconder, apagar ou esvaziar de potência transformadora a história do povo brasileiro, identificamos com clareza os herdeiros desse projeto antipopular: o agronegócio, o sistema financeiro e o alto empresariado brasileiro. Suas lutas contra os direitos trabalhistas e pela precarização geral das condições do trabalho a fim de possibilitar a superexploração; suas tentativas de criminalizar os movimentos sociais, suas práticas golpistas e sustentadoras de governos genocidas, como o de Bolsonaro, demonstram

claramente que qualquer alternativa popular que reivindique a herança de luta do nosso povo deve se colocar contra esses setores. Entender as lutas do passado, preservá-las do esquecimento e mesmo de um olhar condescendente é tarefa urgente, assim como utilizar esse saber para promover a organização e a consciência da necessidade de transformar a realidade.

**Professor, sociólogo e mestrando em filosofia
(Universidade Estadual do Ceará).*



**BRASIL,
200 ANOS DE
(IN)DEPENDÊNCIA
E DÍVIDA**

PARTE 2

O ONTEM E O HOJE DA (IN)DEPENDÊNCIA

CAPÍTULO 4

Dívida pública e luta de classes

André Lima Sousa*

Essa é uma história de ficção baseada em fatos reais, qualquer semelhança não é mera coincidência.

Augusto Nascimento, homem negro, forte, alto, um pouco corcunda, cabelo pintado pra disfarçar a idade, de feições fortemente carregadas pela vida, tem 65 anos mas não tem quem diga que ele tem menos de 80. Pouco antes de Augusto nascer, sua família teve que fugir da seca que assolava o interior do Ceará na década de 1950. Eles foram para Fortaleza em busca de emprego e melhores condições de vida. Atualmente o seu Augusto, como é conhecido, está aposentado, porém, para sustentar a família, segue trabalhando como porteiro em um prédio de classe média alta de um bairro nobre da cidade. Para economizar com o transporte, todos os dias o seu Augusto se desloca de bicicleta do bairro periférico onde mora e que fica distante 13 quilômetros do seu local de trabalho. Augusto trabalhou por muito tempo como operário em uma indústria de automóveis de um antigo polo industrial, desativado na década de 1990, mas ficou desempregado quando seu antigo ofício foi extinto por uma inovadora tecnologia de produção que chegou ao Brasil com mais de uma década de atraso em relação ao país europeu onde foi criada. A indústria onde ele trabalhava teve que aderir à nova tecnologia antes que fosse levada à falência pela concorrente. Ele ainda não sabe, porém mais uma vez ficará desempregado, dessa vez por outra inovadora tecnologia “de ponta”: a portaria eletrônica.

A vida nunca foi fácil para o seu Augusto, entretanto, como ele mesmo costuma dizer em tom meio acomodado: “mas também não está fácil pra ninguém, né?”. Então, o que lhe resta é aceitar a vida como ela é e rezar para que os seus filhos e netos tenham melhor sorte que a dele. Semianalfabeto, seu Augusto costuma repetir quase diariamente os dizeres da sua avó: “meu neto, estude, que só tem futuro quem estuda”, e arrepende-se amargamente por não ter aproveitado algumas raras oportunidades que lhe apareceram. Ele só estudou até o quarto ano do colegial e somente sabe assinar o próprio nome. Seu Augusto não estudou, mas a vida o fez compreender, na prática, o caráter contraditório que há entre o desenvolvimento tecnológico e a única forma que o sistema oferece pra ele sobreviver, que é vendendo sua força de trabalho a quem tenha condições de comprar.

Além de sua antiga profissão que foi extinta, ele trabalhou por muitos anos como garçom, porém foi demitido quando já não estava “dando conta” da acelerada dinâmica do tradicional restaurante onde trabalhou, muito frequentado pela alta burguesia fortalezense; clientela exigente... Ele foi substituído por outro garçom mais jovem e assim percebeu que não é só a tecnologia que devora empregos, reduzindo a necessidade de força de trabalho do processo produtivo, atuando em seu desfavor. O tempo e a própria concorrência entre os trabalhadores também poderiam ser fatais, principalmente em tempos de crise e de aumento do desemprego. Mas quando foi mesmo que o país não esteve em crise?

Apesar de tudo, ele se orgulha de nunca ter ficado muito tempo sem trabalhar: “graças a Deus eu sempre tive meu emprego, desde que comecei a trabalhar como aprendiz de marceneiro, aos 15 anos, ajudando meu pai, só teve uma vez que fiquei 6 meses sem emprego”, relata orgulhoso. Isso foi no final da década de 1980, quando o Brasil passava por uma forte crise econômica que ajudou a dar um fim à

ditadura militar que se arrastava desde a década de 1960 e que levou o país, inclusive, a decretar a moratória da dívida pública.

Pra quem não sabe, a moratória é uma situação na qual um país deve, mas não tem como pagar a dívida, é como o ditado: “devo, não nego, pago quando puder”. Nesse período, o nível de desemprego estava elevadíssimo; a inflação, com o aumento dos preços, corroía os salários da classe trabalhadora; e a dívida pública contraída pelos militares durante o chamado “milagre econômico”, na década de 1970, impedia o governo de realizar gastos que ajudassem a economia a sair do buraco em que estava metida. Parece que as coisas não mudaram tanto de lá pra cá não é mesmo?... Ou pioraram!

A vida do seu Augusto e família realmente nunca foi fácil. Quando o assunto é moradia, então... parece uma perseguição! Na ocasião em que mudaram para Fortaleza, ele e sua família foram morar à beira-mar, num casebre construído em regime de mutirão por eles e com a ajuda de amigos recentes que fizeram logo que chegaram à cidade. O pai de seu Augusto chegou a trabalhar de pescador, mas o pobre sertanejo não se adaptou ao novo ofício. Eles moravam longe do Centro, em uma pequena comunidade de pescadores onde atualmente existe uma enorme avenida, cartão-postal da cidade, no entanto foram removidos em nome do progresso e do desenvolvimento urbano. E essa foi só a primeira vez que isso aconteceu. Mudaram novamente pra outra comunidade, denominada “Trilhas do Senhor”, às margens de um trilho de trem, e lá permaneceram por mais de 20 anos. Apesar de ser um terreno não regularizado, pelo menos era perto do trabalho, localizado no mesmo bairro nobre onde trabalhava, o que proporcionava que seu Augusto fosse a pé exercer seu ofício.

Certo dia, aparentemente do nada, a comunidade amanheceu repleta de agentes do governo que pintavam um código na porta de sua casa e dos seus vizinhos sem explicação,

sem autorização, foi um alvoroço! Ele pediram para entrar pra medir a área construída, mas seu Augusto não permitiu: “o que vocês querem aqui?!”. Logo, descobriram que o governo tinha decretado que ali agora era uma área de interesse social e que as casas dariam lugar a um tal de Veículo Leve sobre Trilhos, também conhecido pela sigla VLT, empreendimento que constava na matriz de obras da Copa do Mundo de Futebol da FIFA de 2014. Isso foi em 2010. Foram longos anos de luta e resistência até que tiveram realmente que sair, em 2016, dois anos depois da realização do megaevento, mediante uma indenização irrisória que sequer contemplava as benfeitorias feitas no local. Pior, como não eram regularizados, sequer tiveram direito à indenização pela terra que moravam há mais de 20 anos. Tiveram que refazer a vida em um conjunto habitacional construído especificamente para “despejar” os removidos da Copa. Somente essa obra removeu mais de 12 mil pessoas e custou mais de 310 milhões de reais! Calcula-se que nas 12 cidades-sede foram mais de 200 mil pessoas removidas de suas casas.

Com a indenização e um parco dinheirinho que conseguiu juntar, seu Augusto deu entrada em um apartamento num conjunto habitacional construído pelo programa governamental “Minha Casa, Minha Vida”. Para pagar, precisou financiar o restante em “singelas” 300 parcelas, o que dá exatamente 25 anos de parte considerável do seu orçamento comprometido. Ou seja, quando seu Augusto conseguir terminar de pagar a sua dívida junto ao banco, ele terá completado 90 anos de idade. Mas não foi só a família do seu Augusto que se endividou como um dos “legados da Copa”. Os governos, nos três níveis, municipal, estadual e federal, também se endividaram e muito para receber o famoso torneio. Estima-se que foram gastos mais de 30 bilhões de reais para a realização da Copa do Mundo no Brasil, sendo que cerca de 90% veio de recursos públicos que se transformaram em dívida, comprometendo ainda mais o orçamento e os gastos sociais.

Recentemente, seu Augusto ouviu no rádio sobre um projeto de lei de autoria do presidente Messias que permite aos bancos confiscar a única casa de uma família, o que é ilegal no Brasil até então. Isso o preocupou muito, pois esse projeto chega logo agora que ele finalmente estava conseguindo chegar mais próximo do sonho da casa própria, registrada no cartório, depois dos 60 anos de idade e à custa de muito esforço e sofrimento: “E se eu não conseguir pagar as parcelas? Pra onde iremos dessa vez? Vão me remover em plena pandemia!”. A situação do país não era das melhores com a volta da inflação que fez com que os preços dos itens básicos como alimentos, gás de cozinha, energia e água mais do que dobrassem em três anos.

No prédio em que trabalha seu Augusto mora Juliana Torres, uma jovem feminista, muito simpática, inteligente e astuciosa. Cursa medicina e é muito sensível às causas sociais. Preocupada com o futuro do país, Juliana se engajou no movimento estudantil onde teve acesso a informações sobre a economia do país e se indignou quando soube do estrago que estava sendo feito pelo governo federal com a privatização de empresas estatais altamente lucrativas e estratégicas, vendidas a “preço de banana”. Ficou abismada ao participar de uma palestra onde uma integrante de uma rede nacional de movimentos sociais explicou sobre a questão da dívida pública, demonstrou como ela era um mecanismo de transferência da riqueza produzida pela classe trabalhadora para meia dúzia de bancos, que detinham a quase totalidade dos títulos da dívida pública.

Juliana entendeu, dessa forma, que a dívida pública é uma ferramenta central do capital financeiro que produz sempre o mesmo resultado: a desigualdade social. Compreendeu também que a auditoria da dívida é uma ferramenta não só prevista pela Constituição Federal, como urgente e necessária, apesar de mexer com interesses poderosos do capital financeiro. Na volta da faculdade, ela costumava parar e conversar com o seu Augusto

sobre uma paixão comum, o futebol do Tricolor de Aço, e também sobre política. Seu Augusto, que passava muito tempo sozinho na guarita do prédio, adorava quando Juliana parava pra bater um papo. Certa vez, ela levou uma cartilha que explicava as origens da desigualdade social em quadrinhos. Ao perceber a dificuldade do seu Augusto com a leitura, decidiu ler com ele, debatendo e explicando tudo o que aprendeu nas palestras da Universidade.

No exato momento em que Juliana falava sobre o papel que a dívida pública exerce sobre a vida das pessoas mais simples, passava por ali, o único sem máscara dos três, o síndico do prédio, o “dotô” Victor Lara Resende: senhor distinto, ultraconservador, alto executivo de um banco privado que ocupou cargos importantes no setor público, andava sempre “nos panos” e falava um economês com muita certeza das suas ideias. Como adorava debater, se juntou à dupla. Juliana se incomodou com a ausência da máscara, mas seguiu com a sua explicação, falando da injustiça social, da importância do engajamento do povo na luta política e dos privilégios da burguesia financeira. Explicou que só o pagamento dos juros da dívida pública consome metade do orçamento federal e que esse é um dos fatores que fazem com que os filhos e netos do seu Augusto não tenham acesso à educação, saúde e lazer de qualidade.

Nesse momento, Juliana foi interrompida pelo senhor Victor: “jovem, me permita três evidências lógicas: primeiro, a desigualdade social é natural; segundo, um país que tem moeda fiduciária e emite dívida pública em sua própria moeda não tem restrição financeira, diga-se de passagem que não é possível se contrapor ao poder do mercado financeiro; terceiro, uma saída possível para a crise é a austeridade (corte nos gastos públicos), porém, também é possível chegar ao crescimento via política monetária, veja, isso é indiscutível!”. Ao que seu Augusto toma a palavra e contra-argumenta: “O senhor tá dizendo que quem nasceu pobre vai morrer pobre? Que numa crise como essa,

o governo deve gastar menos com o povo? Que esse monte de dinheiro que os bancos recebem sem fazer absolutamente nada é normal? E se é indiscutível, o que nós estamos fazendo aqui?”

**Economista, doutor em Geografia Humana e professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE).*

CAPÍTULO 5

Dívida e financeirização da economia

Rosa Marques*

Outro dia, ao dar uma palestra para alunos do ensino médio, foi-me solicitado, pela professora que coordenava a atividade, que evitasse falar aquele “economês” e que tentasse explicar, da maneira mais didática possível, o que significa dizer que a economia está financeirizada e qual a importância da dívida pública nas nossas vidas, isto é, das pessoas comuns. A experiência foi gratificante. Vou, nas linhas seguintes, adotar o mesmo método para este pequeno texto, resgatando as principais questões que foram abordadas durante aquela palestra. Quando necessário, trago a voz dos alunos na forma de perguntas.

Começamos pela expressão “financeirização da economia”. Quando em geral é dito que o capitalismo contemporâneo é financeirizado, a intenção é chamar atenção para o fato de as “finanças” estarem presentes na economia como um todo e que, além disso, a tudo determinam: estão presentes em todas as atividades econômicas, nas relações que são estabelecidas entre as empresas, entre essas e as instituições financeiras, entre o Estado e as empresas e instituições financeiras, e mesmo entre vendedor e consumidor, não importando se o que é comprado tem como objetivo aumentar a capacidade produtiva de uma empresa específica, o que configuraria um investimento, ou se visa atender uma necessidade de um trabalhador, isto é, daquele que, para se manter, precisa vender sua força de trabalho.

Antes de nos debruçarmos sobre como isso acontece, é importante entender do que estamos falando ao dizer “finanças”. Para isso, é sempre bom lembrar que, do ponto de vista analítico, podemos separar o capital em três tipos: o capital que está envolvido na produção de mercadorias, o capital comercial, e o capital que se dedica ao comércio do dinheiro ou, se quiserem, quando os bancos adiantam dinheiro aos outros tipos de capital, o que é feito na forma de empréstimo.

Marx, em *O Capital*, chama o primeiro de capital industrial. O adjetivo industrial pode gerar confusão e incompreensões quando se toma a palavra industrial pelo sentido que hoje é usado, pelo setor de atividade que, por exemplo, é utilizado para a apuração do Produto Interno Bruto de qualquer país. Na época de Marx, de fato, a imensa maioria das atividades que geravam mercadorias estava na esfera da produção e era realizada pela indústria, embora ele tenha destacado que algumas atividades se perpetuavam na esfera da circulação, tal como transporte e a conservação das mercadorias. Nos dias atuais, parte importante da produção de mercadorias é realizada pelo chamado setor de Serviços. Dito de outra forma, não importa se a mercadoria é algo que podemos ver e tocar ou não; se atende uma necessidade humana e sua produção é organizada por capital e se apoia em trabalho assalariado; sua produção está no campo do que Marx chamava de capital industrial. É na produção de mercadorias que é criado valor e parte desse é apropriado pelos capitalistas, o que é chamado de mais valia.

Já o capital comercial não está comprometido com a produção de mercadorias e sim com garantir sua distribuição ao consumidor final. E faz isso ao comprar a mercadoria diretamente do capitalista “industrial” e ao organizar os pontos de distribuição. Dessa forma, ao vender ao atacadista, o capitalista envolvido na produção estaria “livre” para voltar a produzir. A

ação dos grandes atacadistas é, então, bastante importante, pois encurta o tempo daquilo que chamamos de rotação do capital, isto é, o tempo que o capital demora para reiniciar seu ciclo: iniciando na forma dinheiro (D) que compra matérias-primas, contrata trabalhadores, eventualmente compra novas máquinas e equipamentos; passa pela produção e termina pela venda das mercadorias, onde o dinheiro reaparece (D'), acrescido de valor novo que foi apropriado pelo capitalista. E esse D' reinicia o ciclo, tomando a forma de D. A importância do capital comercial é tal que o industrial, aquele que está envolvido na produção de mercadorias, partilha com ele a mais valia. Ao contrário do que alguns imaginam, o lucro dos atacadistas não provém do fato de ele comprar barato e vender caro, mas sim de parte da mais valia produzida na esfera da produção ser com ele compartilhada.

O capital que trata com o dinheiro é o que chamamos de capital a juros ou capital portador de juros. É claro que, se estivermos numa mesa de bar e usarmos essa expressão, ninguém vai provavelmente nos entender, e aí é melhor nomeá-lo de capital financeiro. Mas o nome capital a juros ou mesmo o de capital portador de juros é extremamente adequado. Dizer que ele porta juros significa dizer que ele é juros desde sempre. Esse capital aparece primeiramente sob a forma de dinheiro que foi acumulado como um tesouro, isto é, que não está circulando e sim está apartado, está ocioso. E não importa o meio pelo qual ele foi acumulado, se fruto de saques, de extorsão ou mesmo de atividade mais nobres. Esse dinheiro é capital potencial pois, embora ocioso, está à estreita de oportunidades rentáveis e, quando as encontra, se lança na circulação. Vamos imaginar que ele se “lança” na forma de empréstimo para um empresário industrial que queira ampliar sua produção, que deseje comprar novas máquinas e contratar mais trabalhadores. No momento em que essa intenção do capitalista industrial é realizada, não há dúvida que o dinheiro se transformou em capital e assumiu a forma de máquinas, etc. Mas

o interessante é que, para aquele que está emprestando o dinheiro, ele já havia se transformado em capital desde o momento em que o contrato do empréstimo foi fechado, antes, então, das máquinas serem compradas e os trabalhadores assalariados contratados. E isso porque, independentemente do resultado do uso que será feito do dinheiro (por quem tomou emprestado), ele terá que ser devolvido no tempo estipulado e acrescido de juros ao seu proprietário.

O capital portador de juros é um capital rentista. A posse do dinheiro confere ao seu proprietário o “direito” de cobrar juros quando permite que outro o utilize. No nosso exemplo, comprando máquinas. Tal como um proprietário de terras cobra aluguel de quem usa sua propriedade. Com o capital a juros, o dinheiro passa a ter uma nova função, dar lucro, dinheiro que gera dinheiro, sem que seja necessário passar pela produção. E isso, tal como espera-se que uma pereira dê peras, parafraseando Marx (2017). É por isso que Marx diz que esse capital é o capital mais fetichizado de todos.

Nessas alturas, um entre os estudantes que acompanhavam atentamente minha exposição perguntou: como assim fetichizado? O que significa isso?

Quando estamos nos referindo à fetiche, estamos dizendo que se está atribuindo a alguma coisa uma qualidade que ela não tem. Isso é fácil de ver em algumas propagandas (talvez mais antigas), quando ao lado de um carro era colocada uma linda e sensual mulher, dando a entender que quem o comprasse teria grande sucesso junto ao público feminino. Ora, não é próprio do dinheiro gerar dinheiro, assim como não são as máquinas que geram novo valor. Quem tem a capacidade de criar valor é o trabalho humano que, na sociedade capitalista, assume a forma de trabalho assalariado. Assim, se os outros capitais – envolvidos na produção de mercadorias e na sua circulação – já registram grau

elevado de fetichização, ao considerarem que seu lucro deriva de sua capacidade de organizar e administrar seus negócios, agora, com o capital portador de juros, essa mistificação atinge seu ponto mais alto, pois sequer a presença do trabalho é exigida.

É a partir dessa compreensão que se pode entender a presença e o desenvolvimento de uma modalidade do capital portador de juros: o capital fictício. Na verdade, a “origem” de tudo precisa ser buscada no próprio surgimento do dinheiro enquanto equivalente geral, quando, a partir de um processo histórico, uma determinada mercadoria é eleita equivalente do mundo das mercadorias. Para entender o significado de equivalente, vamos começar com uma simples troca: 1 sapato = 1 casaco. Nesse caso, o valor do sapato se vale do corpo do casaco (que lhe é totalmente diferente) para chamar atenção para seu valor e, para isso, nega o corpo (a forma) do casaco para destacar o fato de esse ser produto de trabalho humano, portanto, seu “irmão”. A troca, 1 por 1, decorre de a quantidade de trabalho exigida para produzir o sapato e o casaco serem iguais; não do trabalho do sapateiro ou do alfaiate e sim de trabalho humano, no sentido mais abstrato do termo.

Bom, mas por qual motivo o surgimento do dinheiro é importante para se entender o capital portador de juros e sua modalidade de capital fictício?, perguntou outro aluno.

Porque no momento em que ele foi “criado”, no lugar de destacar o valor do mundo das mercadorias, começou a ser visto como *O Valor*, como se somente ele encerrasse valor. Por isso, quando alguém destrói uma cadeira ou qualquer outra coisa, dizemos que ela está nervosa, mas se alguém queimar literalmente dinheiro, dizemos que ela está louca. Dessa forma, o dinheiro que já é visto como um fetiche, agora, no capital portador de juros, tem a capacidade de se autovalorizar. O “direito” a juros e a sua cobrança derivam da propriedade do dinheiro. Quando empre-

gado pelo capital industrial ou comercial, constitui dedução do lucro que tem como fundamento o valor novo criado pelo trabalhador assalariado, e que foi apropriado por quem o contratou, o que Marx chama de mais-valia, como mencionado anteriormente. No caso do capital fictício, não há nenhuma relação com criação de novo valor, por isso é fictício e a rentabilidade a ele associada constitui “lucro fictício”.

Não entendi. Por que seria fictício? Dá para dar exemplos?

São capital fictício a dívida pública, o capital bancário, o capital acionário, os derivativos e as criptomoedas. As atividades do mundo das finanças, a que me referi no início, compreendem todas as atividades que envolvem negócios com dinheiro e essas formas de capital fictício. Quem quiser se aprofundar sobre isso, recomendo a leitura de NAKATANI e MARQUES (2020). Vou me deter aqui na primeira forma e depois fazer uma menção sobre como esse capital – que se expandiu enormemente nos últimos quarenta anos – passou a impor sua lógica e interesses nas atividades econômicas e mesmo na nossa subjetividade.

A dívida pública é dívida do Estado, isto é, não importa sua origem (se parte dela tem como base compra de armamento, construção de rodovias, manutenção de suas atividades correntes ou endividamento externo de empresas que foi por ele assumido), é de sua responsabilidade administrá-la e honrá-la. O Estado toma, então, dinheiro emprestado e gasta, restando apenas o título da dívida que representa algo que não mais existe.

A dívida pública é inerente ao Estado, ou seja, endividamento e criação dos Estados nacionais são fenômenos inseparáveis. A natureza do Estado é burguesa (dado que nasce e se consolida sob o capitalismo) e, por isso ele é, na essência, um instrumento das classes dominantes. Mas as atividades que desenvolve e seus funcionários não estão no campo da atividade

capitalista, embora úteis e fundamentais para a reprodução do capital, não cabendo discutir se seus “trabalhadores” produzem ou não mais-valia. Frente a isso, por definição, os títulos públicos são capital fictício.

Mas sua propriedade confere aos seus possuidores poder, principalmente na atualidade, quando o pensamento econômico dominante e sua manifestação política fazem da dívida uma espada que paira sobre o conjunto da sociedade. De um lado, quando preconizam retoricamente que o gasto público deve ser contido para que a dívida não aumente (comprimindo, assim, em geral, os gastos sociais); de outro, colocam como prioritário seu pagamento, especialmente os juros, acima das necessidades da população trabalhadora dos países. Dessa forma, o poder dos credores da dívida pública impõe a agenda da política fiscal do Estado, definindo o nível do gasto público e suas prioridades. Ao mesmo tempo, os interesses dos credores pressionam para que seja praticada uma política de juros altista, dado que assim ganham ainda mais.

No capitalismo contemporâneo, a dívida pública tornou-se, assim, um forte instrumento de submissão dos povos trabalhadores aos interesses dos credores, sejam eles nacionais ou estrangeiros. Outros aspectos da financeirização da economia, infelizmente, irão ficar para um próximo texto.

Referências

MARX, Karl – O capital: crítica da Economia Política. Livro III. O processo global da produção capitalista. São Paulo, Boitempo, 2017.

NAKATNI, Paulo e MARQUES, Rosa Maria. O capitalismo em crise. São Paulo, Expressão Popular, 2020.

**Economista com pós-doutorado na Faculte de Sciences Economiques da Université Pierre Mendes France de Grenoble e na Universidad de Buenos Aires e professora da Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP).*

CAPÍTULO 6

Do Plano Real em diante

Aline Miglioli e Fabio Luis Barbosa dos Santos*

As pessoas ricas do mundo hoje raramente produzem mercadorias. Mas todas ganham dinheiro no mercado financeiro. Mesmo o capitalista que tem uma fábrica ou uma fazenda ganha com aplicações financeiras.

O mundo das finanças é o elo entre quem tem patrimônio no Brasil e no mundo. E que os separa de quem não tem. É um mundo de cabeça para baixo, em que alguns ganham muito dinheiro sem trabalhar, enquanto outros trabalham muito para ganhar pouco dinheiro. Mas como opera esse feitiço?

No mundo atual, o Estado atua como um gigantesco aspirador de riqueza social, que é transferida para os circuitos financeiros internacionais. O principal mecanismo desta transferência de riqueza é a dívida pública. Para entender como este aspirador funciona, é preciso conhecer as duas formas que o Estado tem para se endividar.

A primeira delas é tomando um empréstimo de uma instituição internacional. Quando o Brasil declarou sua independência, pediu um empréstimo para Portugal. Durante a ditadura, pegou empréstimos com bancos internacionais para realizar projetos dos militares. E em 1999, quando precisava sair de uma grande crise econômica gerada exatamente pelos empréstimos anteriores, pediu dinheiro ao Fundo Monetário Internacional.

A outra forma é através do endividamento interno: o Estado lança papéis no mercado que dizem o seguinte: “estou pegando um valor emprestado, mas vou pagar esse empréstimo daqui uns anos remunerando este empréstimo de acordo com a taxa de juros”. As pessoas, então, compram estes papéis, porque esperam receber de volta o dinheiro que elas emprestaram para o Estado daqui a 10, 20 ou 30 anos, acrescido de um valor. Estes papéis se chamam títulos da dívida ou títulos do tesouro.

No passado, a dívida pública brasileira esteve ligada a um projeto de desenvolvimento nacional: por exemplo, importar máquinas para se industrializar. Mas nas décadas recentes, a dívida ganhou vida própria, no Brasil e no mundo. Como assim?

Imaginem alguém que se endivida para pagar uma máquina de costura. Mas como não consegue pagar o empréstimo, passa um cheque especial, e entra nos juros do cheque especial. Para cobrir o cheque especial, passa o cartão de crédito, e entra nos juros do cartão de crédito. Em pouco tempo, os juros devidos para o sistema financeiro – a financeira, o cheque, o cartão – superam o que a máquina custou. E logo, o que a pessoa pagou como juros, é muito mais do que o empréstimo original que ela tomou. No entanto, a sua dívida não para de crescer. A realidade se inverte: o que era uma dívida para costurar, gera uma pessoa que costura para pagar a dívida. Muitas vezes a pessoa, assim como o Brasil, tem que usar o dinheiro que ela gastaria com sua educação, saúde ou outros serviços públicos para poder honrar os compromissos.

De certa maneira, foi o que aconteceu com as finanças públicas no Brasil: a dívida se autonomizou e passou a ditar a organização da sociedade. Se antes a dívida servia para impulsionar a produção, agora a produção serve para pagar a dívida. Embora cada vez se pague mais, mais a dívida cresce. Por exemplo, entre os anos 1980 e 2000, o país pagou seis vezes o montante original, mas no final do período, a dívida era quatro vezes mais alta.

Nesta realidade, a dívida deixou de ser um tema econômico para se tornar um instrumento político. Ou seja: a dívida não existe para ser paga, mas para disciplinar a sociedade. Responsabilidade fiscal significa que todos os gastos sociais precisam ser cortados, para pagar encargos financeiros. Por trás desse discurso que encoberta e legitima a transferência de riqueza para os circuitos financeiros via Estado, está a dívida. Essa ideologia é conhecida como política de austeridade.

No Brasil, a arquitetura da austeridade foi consolidada pelo Plano Real. Mas o caminho começa antes. Quando o Brasil teve que buscar empréstimos para cobrir a dívida que a Ditadura havia deixado, o FMI condicionou seus créditos – ou seja, dívida nova para pagar dívida antiga – a mudanças na política nacional. Uma das condições mais importantes impostas pelo FMI foi que o Brasil abrisse suas portas para o capital especulador de curto prazo, que aposta em títulos com alto risco e alto retorno, ou contra a moeda nacional. Empréstimos internacionais sempre têm um caráter político. Neste contexto, se tornou uma espécie de pé-de-cabra para desregular a economia de países periféricos, em favor das finanças internacionais.

As condições para os empréstimos foram aceitas a pretexto de que era preciso reduzir a inflação. É certo que a inflação daquele período penalizava os trabalhadores. Mas o modo como se combateu a inflação não foi para protegê-los. Seu objetivo foi reorganizar o Brasil como uma plataforma de valorização do capital financeiro internacional. Ou seja: integrar o Brasil como um ponto de atração para capitais internacionais, em busca de ganhos financeiros. Vamos entender isso melhor.

O Plano Real estabeleceu uma âncora cambial, que, na prática, foi um mecanismo para atrelar o preço do real ao dólar. Ao mesmo tempo, acelerou-se a abertura comercial e financeira. Como o real valia um dólar e os impostos de importação caíram, produtos

estrangeiros ficaram baratos e inundaram o mercado brasileiro. Além do fascínio com os importados, eles ajudaram a conter a inflação, puxando para baixo o preço dos produtos nacionais.

No entanto, esta política também teve outros efeitos. Importações baratas e exportações caras desequilibraram o balanço de pagamentos. Em um primeiro momento, este desequilíbrio foi compensado pela entrada de capital estrangeiro, facilitada pela abertura financeira. Porém, em lugar de investimentos novos, muitos grupos compraram empresas brasileiras, afetadas pela concorrência dos importados. As privatizações também atraíram investimento estrangeiro.

Em ambos os casos, houve uma desnacionalização do parque produtivo brasileiro, o que aumentou as remessas de lucros para o exterior e agravou o desequilíbrio das contas nacionais. O resultado pode ser dimensionado em alguns números: entre 1984 e 1993 houve um déficit de 1,3 bilhão de dólares nas transações correntes. Entre 1994 e 2003, o déficit totalizou 196 bilhões de dólares, ou seja, foi 150 vezes maior. Recortando um período mais amplo, Leda Paulani aponta que, entre 1975 e 2004, o envio de renda do país ao exterior cresceu 10,9 vezes, enquanto o PIB cresceu somente 1,3 vezes (Paulani, 2006).

Uma forma de mitigar a situação foi aumentar as exportações que, cada vez mais, têm sido primárias. O imperativo de exportar soja, ferro, carne e outras *commodities* agudizou problemas ecológicos e conflitos nos territórios.

Mas a chave para cobrir o desequilíbrio crônico da economia brasileira tem sido atrair capital financeiro internacional. E um mecanismo central nesta engrenagem são os títulos da dívida brasileira ou títulos do tesouro direto – hoje, uma aplicação que qualquer um que tem dinheiro sobrando pode fazer.

Para que o mercado da dívida pública brasileira se internacionalizasse, foi preciso remover as restrições para o envio de recursos ao exterior por titulares de conta bancária no Brasil que residem no estrangeiro (as chamadas CC5). E fundamentalmente, os títulos públicos brasileiros passaram a ser lançados e cotados no exterior: o país se tornou emissor de capital fictício.

Mas por que um “Faria Limer”, ou um financista em Londres, Xangai ou Nova Iorque compraria um título de dívida brasileiro? A resposta é simples: porque ele paga bem.

E como o Estado paga? O Estado paga com dinheiro que arrecada na forma de imposto. Por sua vez, os impostos são uma fatia da riqueza produzida pela sociedade: quem paga imposto é o trabalhador, ou são as empresas – a partir do lucro que fazem, explorando os trabalhadores.

Mas o que significa dizer que o Estado brasileiro paga bem? Desde o Plano Real, o Brasil tem praticado uma das taxas de juros mais altas do mundo. Na prática, isso significa que alguém dispendo de R\$ 1 milhão em 1994, ao final daquele ano, teve R\$ 1.251.000 (25,4%). Ou seja, ganhou R\$ 251.000, sem fazer nada. Ao final de 1995, teve R\$ 1.451.116. E até o final do governo FHC somou R\$ 3.080.312. Ou seja: seu capital triplicou, sem fazer nada.

Por sua vez, quem tinha R\$ 1 milhão para guardar em 2003, ao final do governo Lula teve R\$ 1.924.229. Praticamente dobrou o capital, sem fazer nada.

É certo que a remuneração líquida dos títulos da dívida não é igual à taxa de juros. Isso porque também houve inflação no período – entre 2003 e 2008, o IPCA somou 36%. Mas esta simulação permite-nos visualizar que a dívida pública não é um negócio qualquer, mas é a principal forma dos ricos ganharem dinheiro sem trabalhar no Brasil.

Isso explica porque as finanças têm voz de comando na política brasileira: do agrobóio à FIESP, todos que têm patrimônio estão nas finanças. Os ricos podem ter suas diferenças, mas manter o aspirador ligado é uma unanimidade.

Aliás, podemos dizer que a preocupação central dos ricos não é quem vai ganhar a eleição, embora cada um tenha suas preferências. O que importa é manter o aspirador funcionando, independentemente de quem esteja em Brasília.

O modo mais seguro de garantir esse funcionamento é blindando a economia da política. Isso é feito no Brasil e no mundo, por meio de uma engrenagem institucional que amarra os governos. Tanto faz quem é eleito, a condução da economia não pode ser modificada.

Por exemplo: a lei de responsabilidade fiscal foi implementada no final do primeiro governo FHC. A lei foi uma condição para o FMI liberar fundos necessários para adiar a desvalorização do real, que seria impopular para o presidente que buscava se reeleger. Ao final, FHC se reelegeu e a crise do real aconteceu no início do seu segundo mandato.

Esta lei estabelece uma hierarquia no gasto público, ou seja, ela determina quem recebe primeiro do Estado. A prioridade é dada aos credores – aqueles que têm títulos da dívida pública. Depois, os fornecedores, seguidos pela folha de pagamento dos servidores. E o que sobra pode ser destinado ao investimento público em educação, saúde, cultura e tudo mais.

Esta lei é uma forma de garantir que, não importa quem está no governo, o aspirador continuará funcionando. Quando a lei foi implementada, o PT foi contra. Mas, uma vez na Presidência, nunca a questionou. Por ironia, esta lei ofereceu o pretexto para depor Dilma em 2016. A autonomia do Banco Central vai na mesma direção: blindar a transferência de riqueza social do vaivém da política.

Talvez mais do que blindar o aspirador, o ideal para os ricos é que o povo nem o escute funcionando. E assim, nem se dê conta de que ele, o aspirador, existe. Por esse motivo, há uma espécie de vaca amarela, e o tema sequer aparece no debate público.

Ninguém fala em desligar o aspirador. E se falasse, encararia uma chantagem. O capital especulativo ameaçaria deixar o país, o que em um primeiro momento traria enormes dificuldades. Essa chantagem tem até um nome: chama-se “risco-país”. O risco-país nada mais é do que uma avaliação da capacidade de um governo manter a galinha dos ovos de ouro funcionando.

Quando Lula despontou como favorito nas eleições de 2002, esse risco se acendeu. Para acalmá-lo, o então candidato escreveu uma “Carta ao povo brasileiro”, em que deixava claro seu compromisso com o aspirador. A rigor, foi uma “Carta ao capital”. É certo que as presidências do PT (2003-2016) não foram iguais às do PSDB (1995-2002). Mas do ponto de vista do aspirador, prevaleceram as continuidades.

O mesmo vale para o governo Temer e depois para Bolsonaro. O congelamento por vinte anos dos gastos públicos sociais (mas não dos serviços financeiros) e a reforma da previdência aprofundam a mesma lógica: transferir riqueza social para o sistema financeiro internacional. Se houve mudança, foi de intensidade. O aspirador foi ligado no 220V e se reinventou!

Se ao longo dos anos 1980, 1990 e 2000 podíamos culpar o FMI por haver conectado o aspirador na tomada, hoje é mais difícil encontrar e nomear as instituições que pressionam pela austeridade fiscal.

Um exemplo são as empresas de *rating* internacional. Elas têm como objetivo avaliar quão seguro é para um fundo de investimentos comprar títulos de determinada dívida pública. A nota AAA é concedida apenas para os países que mantêm sua saúde fiscal. A saúde é definida como um baixo endividamento público em relação ao PIB.

Na prática, existem dois pesos e duas medidas: para os países acima da Linha do Equador, o alto endividamento não é penalizado com a pecha do alto risco ou com a redução de uma nota de *rating*. Mas ao sul do Equador, as agências forçam os países a reduzir ao mínimo sua dívida pública, chegando a 30% do PIB, como é o caso do Chile, para receber uma nota A+. Enquanto o Japão possui uma dívida 369,2% maior do que o PIB e é AAA+!

Quanto menor a nota, menos investidores para os países. Para os países do Sul Global, o alto endividamento público é um caminho ladeira abaixo!

Desligar o aspirador abalaria profundamente o modo como a economia está organizada. De imediato, faltariam crédito e produtos, entre outros problemas. Mas também se abriria um mundo de possibilidades. A realidade em que falta dinheiro para tudo para que não falte para as finanças se subverteria.

Mas em lugar de pensar que sobraria dinheiro, podemos pensar em uma abolição: a possibilidade de libertar um imenso potencial produtivo para atender necessidades sociais. Vivemos em uma sociedade que produz bens materiais em abundância. Desse ponto de vista, a questão não é que falta dinheiro para a educação ou para a saúde, mas que a sociedade produz riqueza material suficiente para todos terem educação e saúde. Mas essa riqueza tem a forma da mercadoria, que a aprisiona. Nesta sociedade, só tem acesso a melhor saúde e educação quem tem dinheiro.

A tirania das finanças é uma forma de manter a sociedade prisioneira das formas da mercadoria. Mas a riqueza social pode ter outras formas. Em resumo, libertar-se das finanças é um caminho para liberar o potencial produtivo social e abolir as grades da mercadoria. É uma porta para um mundo, onde caibam outros mundos.

No entanto, vocês já devem ter compreendido que isso significa uma briga com todos que têm patrimônio no Brasil, mas também com as finanças internacionais. Ou seja, não é uma briga pequena.

Será que não é isso que a gente chama de revolução?

** Aline Miglioli: Mestre em Economia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e doutoranda em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).*

***Fabio Luis Barbosa dos Santos: Doutor em História Econômica, professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e do Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina (Prolam-USP).*

CAPÍTULO 7

Endividamento e perda do projeto de soberania nacional

Helder Gomes*

Podemos destacar dois momentos-chave para entender o abandono definitivo da ideia de construção de um projeto de nação soberana pelas elites brasileiras. O primeiro deles ocorreu durante a segunda metade da ditadura militar, ou seja, no período entre os anos finais do chamado *Milagre Brasileiro* até aqueles da maturação dos grandes investimentos estatais pautados pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), no início dos anos 1980. O segundo momento marcou a adesão brasileira ao chamado *Consenso de Washington*, a partir da implantação do Plano Real, em meados dos anos 1990, com todo o legado de aprofundamento da subalternidade da economia brasileira observado nas primeiras duas décadas do novo milênio.

A captura pela especulação

Entre 1967 e 1973, a economia brasileira experimentou taxas de crescimento em torno de 11% ao ano (BELLUZZO; COUTINHO, 1982). Em pleno período de recrudescimento da violência ditatorial, os governos militares procuravam legitimar seu projeto de poder colocando em prática várias medidas de atração de investimentos diretos estrangeiros.

De fato, os investimentos das empresas multinacionais ocorreram. Em especial, ocorreu uma grande expansão da indústria de meios de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, entre outros), o que acabou diversificando um pouco mais o

parque produtivo brasileiro. No entanto, essa diversificação um tanto restrita à produção de meios de consumo mantinha a dependência na importação de máquinas e equipamentos mais sofisticados, além de exigir a entrada de uma variedade de insumos básicos, ainda não produzidos no Brasil na escala demandada.

Além disso, o volume de investimentos promovidos pelas grandes empresas imperialistas não se mostrava suficiente para a reversão da crise econômica mundial que se intensificava naquele momento. Interessava aos grandes conglomerados, na verdade, encontrar outras formas de aplicação para a imensidão de capital excedente, centralizado em suas mãos. Uma das alternativas de reciclagem desses recursos seria estimular governos de nações subdesenvolvidas, como o Brasil, a tomar empréstimos nos bancos controlados por essas grandes multinacionais.

Juntavam-se, assim, a fome com a vontade de comer, como se diz na linguagem popular. Internamente, o argumento dos governos militares da época era a necessidade de captação de *poupança externa*, para dar continuidade à expansão industrial brasileira, sob o mote “este é um país que vai para frente”. Mas, o que importava na realidade era a necessidade de dar garantias ao financiamento do volume crescente das importações e, especialmente, ao cumprimento dos compromissos assumidos a partir de então com a própria dívida externa em processo de contratação.

Dessa forma, os militares passaram a adotar medidas para motivar empresas privadas aqui instaladas a tomar empréstimos externos. Os dólares captados eram repassados ao Banco Central do Brasil, com o objetivo de formar as reservas cambiais necessárias para cumprir com os encargos dos empréstimos e para financiar as importações requeridas, ante a dificuldade de conseguir manter saldos positivos correspondentes na Balança Comercial (CRUZ, 1984). Este era o modelo básico.

Com isso, além de manter o aval aos empréstimos privados e garantir a cobertura dos riscos de alguma desvalorização cambial ante ao dólar, o Estado brasileiro passou a emitir ainda mais títulos da dívida interna, fixando as taxas de juros bem acima daquelas cobradas pelos bancos externos. Esse diferencial entre as taxas de juros internas e externas passou a ser, desde então, o principal estímulo para as empresas tomarem empréstimos em dólares e emprestá-los ao Banco Central do Brasil.

Não é difícil perceber a armadilha montada e como ela foi se reproduzindo ao longo do tempo. Isso ficou mais nítido a partir de 1972, quando foram minguando os investimentos estrangeiros, na medida em que a recessão e a inflação se aprofundavam em nível mundial, elevando as tensões e as disputas entre as grandes potências, cujas consequências incluíram o aumento drástico das taxas de juros nos mercados internacionais.

Mas, aqui no Brasil, os militares no governo procuravam manter o clima de euforia e, em 1974, lançaram mais um Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), tomando para o Estado a responsabilidade de realizar investimentos na indústria pesada (mineral, siderúrgica, petroquímica, entre outras), usando um falacioso argumento, de que o Brasil seria uma *ilha de tranquilidade em mar revolto* (CRUZ, 1984).

Todo aquele esforço, no entanto, não conseguiu impedir que a crise se manifestasse de forma ainda mais cruel e a inflação disparou nos anos 1980 no Brasil, na mesma proporção em que se privilegiavam as exportações, mantendo a tradicional transferência das riquezas naturais do país para o exterior, em detrimento do abastecimento interno.

A partir daquele momento, a economia brasileira passou a amargar uma grande estagnação econômica. Ficava ainda mais explícito que o modelo de endividamento montado pelos militares

estava muito mais voltado para atender aos interesses especulativos do grande capital sediado nas grandes potências imperialistas, do que voltado para o desenvolvimento a partir da diversificação do parque produtivo, como pregava a propaganda oficial. Tornava-se muito mais nítido, inclusive, que a especialização do parque produtivo na exportação de produtos básicos não dava conta de gerar os dólares necessários para cobrir os compromissos com o exterior e, assim, a dívida foi se avolumando pela própria dinâmica de sua renegociação com os bancos privados, pois os juros não pagos passavam a compor o estoque da dívida, como uma bola de neve ladeira abaixo.

O pior de tudo isso é que a cada rodada de negociação da dívida externa, a economia brasileira foi sendo forçada a se especializar ainda mais na produção voltada para o exterior. Isso ficou ainda mais grave a partir da implantação do Plano Real, devido ao processo de privatizações e de desnacionalização do parque produtivo brasileiro.

Perda total do que restava de soberania

Há 28 anos, o Brasil aderiu ao Consenso de Washington, atrelando a moeda nacional ao dólar. A ideia central seria criar uma ancoragem cambial, forçando a manutenção da paridade do real ante o dólar, numa relação de 1 para 1, o que exigia a formação de um grande volume de reservas cambiais e, como no regime militar, manter elevadas as taxas de juros internamente, para atrair dólares via novos empréstimos.

Assim, o modelo trazia consigo a perspectiva de explosão do endividamento público e privado. Com isso em mente, o governo foi levado a conceber um amplo processo de privatização do patrimônio estatal, alegando que abateria a dívida com a venda das empresas públicas. Além de não conseguir reduzir a dívida externa, o modelo implantado em 1994 trouxe ainda mais

problemas, na medida em que acelerou a conversão de dívida externa em dívida interna.

No caso brasileiro, privatizar tem sido sinônimo de desnacionalizar o parque produtivo. Entretanto, não significa apenas uma transferência de patrimônio das empresas para o exterior. Trata-se, também, do deslocamento para fora do país dos centros de decisão sobre o futuro da produção nacional. Em outras palavras, passou a ocorrer uma perda ainda maior da soberania nacional sobre as decisões futuras de investimento e de diversificação tecnológica, reafirmando a especialização produtiva voltada para a exportação de produtos primários e semielaborados. A criação desses novos corredores de exportação envolveu novas linhas de financiamento, para a formação das chamadas *campeãs nacionais* (OLIVEIRA, 2019), via ampliação da dívida pública.

Além disso, a busca por novos investimentos estrangeiros também envolve medidas para flexibilizar a legislação trabalhista, para afrouxar as regras de proteção ambiental e para rebaixar ainda mais a tributação sobre o grande capital estrangeiro, o qual exige cada vez mais subsídios nas linhas de crédito, sempre ameaçando desistir de seus negócios no país caso suas demandas não sejam atendidas.

Ao mesmo tempo, a reprodução desse modelo se mostra cada vez mais perversa na medida em que torna a situação incontrolável. Durante algum tempo, o governo federal conseguiu acumular um saldo positivo entre a arrecadação e os gastos públicos, permitindo renegociar a dívida com credores internos e externos, sem muitos problemas. Mas, desde 2014, o déficit primário se mantém em patamares elevados, devido ao modelo de isenções e de benefícios fiscais às grandes empresas, que reduzem a capacidade de arrecadação de impostos, levando as autoridades ao desespero de propor mais cortes e a acelerar a privatização do que resta de patrimônio público.

Enquanto isso, os representantes mais privilegiados das elites nacionais articulam sua fuga para paraísos fiscais (OS 300 DE LUXEMBURGO, 2021). Podemos concluir, portanto, que há uma total perda de controle da situação, mas, a cantilena preferida fica remoendo um receituário próprio da tradição subalterna das elites brasileiras, enquanto procuram esconder sua mediocridade, apelando ao desespero da acumulação violenta, ambientalmente predatória e genocida, no rural e no urbano, ante a total perda da soberania nacional.

Referências

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello, COUTINHO, Renata (Orgs.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. São Paulo: BRASILIENSE, 1982.

CRUZ, Paulo Davidoff. **Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos setenta**. São Paulo: BRASILIENSE, 1984.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto. **Governo Lula, Dilma e Temer: do espetáculo do crescimento ao inferno da recessão e da estagnação (2003-2018)**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

OS 300 DE LUXEMBURGO. Piauí, São Paulo, 08 fev. 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/OS-300-DE-LUXEMBURGO/#>. Acesso em: 08 fev. 2021.

**Economista, doutor e pós-doutorando em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Consultor em Economia Política, Teoria do Estado, Políticas Públicas, Economia Brasileira, Mundo do Trabalho.*

CAPÍTULO 8

Atuação das instituições financeiras multilaterais na geração de dívida: uma trajetória de perdas e danos

Magnólia Said*

Se olharmos à nossa volta, podemos perceber o quanto vivemos em um mundo injusto. Mas não podemos aceitá-lo como se fosse inexorável. Para muitas de nós, trata-se de um atentado à dignidade das pessoas, embora muitas pessoas aceitem esse estado de coisas como um mal necessário, dada a falta de alternativas. Isso tem nos levado a conviver diariamente com o que julgamos intolerável. Aos poucos, aquilo que era injusto, acaba por ser normal e, portanto, devemos aceitá-lo, o que nos leva a nos vermos como incapazes de sair de uma situação que nos indigna.

A pandemia da Covid-19 mostra bem o que o senso comum considera normal, dada a incapacidade de pensar utopicamente. A todo momento a população desejava a “volta ao normal”, como se fosse normal a situação de miserabilidade em que se encontra a maioria da população desse país. Muito se falou no ajuste fiscal como um mal necessário. Dando nossa cota-parte de sacrifício, tudo “voltaria ao normal.”

Ocorre que, ao contrário do que nos foi dito pelo governo federal, o ajuste fiscal não foi somente para equilibrar as contas públicas diante de uma nova crise econômica; foi muito mais porque envolveu uma sequência de novas medidas econômicas e reformas estruturais, na perspectiva de consolidação de um determinado modelo de desenvolvimento para atender às

exigências do sistema financeiro. Nesse sentido, ele não pode ser visto apenas como medida do campo da economia e, sim, medida articulada com uma opção política de governo para favorecimento das elites de determinado país, evitando, assim, que o grande capital fosse afetado pela crise econômica.

É aí que entram as Instituições Financeiras Multilaterais, notadamente aquelas que são parte do sistema ONU: Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento. Para hegemonizar uma concepção neoliberal de desenvolvimento pautada em mecanismos de mercado, esses bancos passam a atuar junto a países em situação de vulnerabilidade política, econômica e social e a países emergentes, como é o caso do Brasil, Chile e Argentina, em diferentes frentes: financeira, técnica e política, negociando a implementação de medidas e de políticas garantidoras da efetivação de seus laboratórios de geração de lucros. Dessa forma, os países do G7 que atuam por dentro dessas Instituições, através desses mecanismos, foram se apropriando das riquezas naturais dos outros países, tanto para suprir suas carências de bens naturais quanto para gerar mais riquezas à custa da exploração de mão de obra barata e do desenvolvimento de pesquisas com os bens da natureza.

Do lado de cá, os governos abriram suas fronteiras, oferecendo territórios indígenas ao setor extrativo, mineiro e energético, descumprindo legislações que reconhecem os direitos desses povos; e empresas estatais ao capital privado, abdicando da sua soberania.

O FMI e o Banco Mundial foram criados em 1944, antes do fim da II Guerra Mundial, em uma Conferência Financeira e Monetária organizada pela Organização das Nações Unidas, a ONU. Essa Conferência tinha como objetivo chamar os 44 países que dela fizeram parte para traçarem novas regras para a economia mundial que estava em crise, tanto pelas

destruições causadas pelas guerras quanto pela ausência de uma moeda internacional única. Isso significava montar um sistema monetário internacional, criando uma organização para monitorar esse sistema. Além do mais, os países ricos queriam garantir que os empréstimos que haviam feito durante as guerras fossem assumidos e pagos pelos países devedores. E assim nasce o FMI, com a função, naquele momento, de socorrer países em crise financeira através de empréstimos ou então ajudando esses países a manter seu equilíbrio financeiro, para poderem buscar fundos para sua reconstrução, tendo em vista que as guerras os havia deixado devastados e endividados.

O Banco Mundial nasce para complementar o papel do FMI, no sentido de ser aquele que iria emprestar o dinheiro necessário à reconstrução dos países afetados pelas guerras e para aqueles atrasados economicamente, interferindo em suas políticas, governanças e planos estratégicos de desenvolvimento. O BID surge logo depois, em 1959, com o objetivo de realizar empréstimos tanto para governos quanto para empresas privadas para reduzir a pobreza e fomentar a integração regional e o desenvolvimento sustentável. Ele soma-se ao Banco de Desenvolvimento da América Latina criado nove anos depois, no financiamento da infraestrutura viária e urbana dos países. É com base nesse papel, que o Banco Mundial passa a atuar como centro de desenvolvimento de um pensamento que se configurou peça-chave na elaboração e difusão da ideologia que sustenta esse modelo. As principais vítimas desse pensamento foram e continuam sendo as mulheres.

As primeiras abordagens do banco sobre as mulheres no desenvolvimento ou se referiam ao que elas poderiam trazer para o desenvolvimento ou o que esse desenvolvimento estaria demandando delas, deixando de lado o fato de serem sujeitos de direitos. Desde seus diversos enfoques para tratar da questão, ao invés de partir de uma teoria da opressão e subordinação

das mulheres, o banco parou numa abordagem relacional, onde gênero veio bem a calhar, pois com base nessa perspectiva, o banco disseminou uma visão mecanicista das mulheres no desenvolvimento que foi incorporada tanto por agências de cooperação não governamentais quanto por muitas ONGs. O BID e outras instituições também seguiram na esteira do Banco Mundial, no que se refere à visão das mulheres como funcionais ao sistema do capital – instrumentos de geração de mais-valia.

Os treinamentos em gênero e as metodologias para elaboração e avaliação de projetos disseminados foram uma resultante dessa concepção. A partir do Ajuste Estrutural, fica mais nítido como as políticas estratégicas do Banco Mundial para os países devedores resultaram em um maior empobrecimento e adoecimento para as mulheres, uma vez que a centralidade no pagamento anual do serviço da dívida retirou destas a possibilidade de se verem como fundamentais para o desenvolvimento.

A dívida e as instituições financeiras multilaterais

Compreender o processo histórico e a lógica da dívida configura-se no primeiro passo para assumi-la como foco na luta contra o sistema do capital. Hoje, a sociedade do consumo e da competição exige que países e pessoas se endividem continuamente. Tudo funciona para que a ilusão da fartura leve as pessoas a consumirem mais, a se endividarem mais, a comprometerem cada vez mais seu bem viver, em troca do imediatismo do viver bem.

O aprisionamento pela dívida ocorre porque as pessoas se veem premidas a manter um *status quo* que a sociedade da competição, do consumo e do individualismo exige, uma vez que o salário que a maioria recebe não comporta a demanda que satisfaria seus desejos pessoais e de aceitação social, em especial quando se trata da juventude, em sua ânsia de ter acesso a bens de última geração. O mesmo ocorre com os países. A questionável neces-

cidade de acelerar seu “crescimento” para estar mais próximo do poder, os leva a se endividar para financiamento de grandes obras, viabilizar megaeventos, facilitar a entrada de capital estrangeiro em seus territórios e manter relações políticas com os emprestadores. Tudo isso gera dívidas que irão demandar novos empréstimos para serem pagas. E quanto mais dívida, mais dependência e cristalização de vínculos com instituições multilaterais e privadas. Em meio a ilegalidades e irregularidades, dívidas são contraídas para atenderem a planos de estabilização e a políticas de ajuste ditadas pelas instituições financeiras multilaterais. Através de empréstimos, governos acabam tornando-se escravos de suas recomendações ou as aceitando como suas, como foi o caso do Brasil com a aceitação das medidas de Ajuste Estrutural.

A economia que fazem nas contas públicas, viabilizando a efetivação dessas medidas, em especial as Reformas e as Privatizações, está relacionada à geração de superávit necessário ao pagamento dos juros e amortizações de suas dívidas que se avolumam.

No caso do Brasil, o Superávit Primário demarca o início de um processo de destituição de direitos inscritos na Constituição Federal de 1988. A partir de então, os recursos acumulados da arrecadação de tributos passam a servir ao pagamento da dívida pública e não mais à construção e/ou manutenção de políticas públicas. Para tanto, são tomadas uma série de medidas: diminuição de recursos para a área social, sucateamento dos serviços públicos, enxugamento da máquina pública e redirecionamento dos gastos para projetos focalizados. Não é à toa que em 2019, o FMI reiterou ao governo que a Reforma da Previdência era um fator-chave para a sustentabilidade das finanças públicas, insistindo na sua aprovação. Empréstimos que geram dívida para um país ou para um Estado deveriam ser utilizados como um complemento ao orçamento para que o governo possa viabilizar mais investimentos em áreas estratégicas para a vida das pessoas, como saúde, emprego, educação, cultura, segurança... Na realidade, os

empréstimos deixam de ser um mecanismo de financiamento das políticas de Estado, para serem instrumentos de dependência em relação aos bancos internacionais e a outras instituições de financiamento. Isso ocorre porque é gerada uma Dívida Impagável que realiza uma enorme sangria nas finanças públicas, tanto pela retirada de uma quantidade enorme de recursos orçamentários para pagamento de juros, amortizações e rolagem dessa dívida, quanto através da emissão de títulos públicos. O que o governo retira do orçamento para ir pagando o que já tem acumulado de dívida limita as suas possibilidades de oferecer para a população com qualidade o que ela realmente precisa.

Desse modo, o endividamento acaba reforçando o colonialismo na esfera econômica, política e cultural dos povos dos países devedores, transformando-se num grande investimento do sistema financeiro utilizado para dominar e excluir. Reféns desses bancos por dívidas estratosféricas para suas condições orçamentárias, fruto de ilegalidades cometidas e de corrupção, os países devedores têm deixado suas populações viverem um caos organizativo, social, ambiental e político, com impactos irreversíveis, em especial sobre mulheres e crianças. Nesse sentido, a dívida e sua relação com as instituições financeiras merecem uma atenção especial porque:

1º) A população está pagando pelo que não deve, pois não pediu emprestado, não negociou créditos, não empenhou. As privatizações, precarização e violação de direitos são consequências dela;

2º) A dívida contribuiu e continua contribuindo para a concentração de renda, gerando, portanto, mais desigualdades, mais empobrecimento, adoecimento e situações potencializadoras de mais violência;

3º) Deixa as populações totalmente vulneráveis às políticas e projetos invasivos das instituições financeiras multilaterais e do

capital nacional e internacional, em especial os povos originários e aqueles que vivem da pesca;

4º) No caso do Brasil, mais da metade do orçamento da União é destinado ao pagamento do serviço da dívida todos os anos, ao invés de estar voltado para o investimento em políticas públicas universalizantes. Foi justamente essa política de superávit primário que gerou o desmonte quase total dos sistemas públicos de seguridade social, de saúde e de educação;

5º) A dívida tem servido de argumento para as privatizações, contribuindo para o desmonte da proteção social.

Quanto mais dívida, menos chances se tem de realizar um projeto de desenvolvimento pautado nas necessidades, diferenciações e potencialidades dos grupos sociais de cada país.

Talvez tenha sido a crise estadunidense o estopim para nos alertar que não poderíamos nos autodenominar devedores e sim credores de uma dívida cujas “promissórias”, além do débito financeiro, têm distintos credores: os saqueadores da natureza, de territórios dos povos originários, das culturas e das políticas públicas universalizantes.

Incentivadoras, promotoras e facilitadoras do endividamento, as instituições financeiras multilaterais, em especial o Banco Mundial, têm historicamente liderado a estrutura de dominação pela dívida. Um Estado seguidor da política de Ajuste dessas instituições, determinadas em nome da eficiência e do equilíbrio das contas públicas, pela via de Reformas que beneficiam o setor privado, além de se retirar da responsabilidade pela proteção social, deixa suas portas abertas ao capital internacional enquanto sugador de cada vez mais riquezas dos territórios.

Daí a necessidade de trazê-la como foco na luta contra o capital, uma vez que é por causa e a partir dela que se produz

e reproduz desigualdades, miséria e fome enredadas por fatores além de econômicos, políticos, sociais, ideológicos, ambientais, culturais, bélicos e tecnológicos.

No plano da política, a dívida é alimentada pela definição de um modelo de desenvolvimento que carrega uma visão colonizadora, “crescentista”, patrimonialista e racista. No plano social, é alimentada pela imposição, à maioria da população, de um estrangulamento de suas condições de vida. No plano da ideologia, é alimentada pela fantasia do “Brasil Potência” em condições do exercício de poder e influência junto ao bloco de poder hegemônico. No plano da militarização, é alimentada pelo disfarce do sub-imperialismo humanitário, além da abertura de fronteiras ao comércio de drogas e armas. No plano da cultura, é alimentada por uma visão de cultura que transforma tudo em mercadoria, com padrões únicos a serem seguidos. No plano da tecnologia, se alimenta do poder exercido pelas corporações, para firmar controle através do domínio tecnológico, exigindo adaptação forçada às “inovações”, para atender às necessidades de consumo do sistema.

Na verdade, vivemos em uma realidade emparedada pelo sistema financeiro global, tendo a dívida como sua arma mais dissimulada e contundente. Estamos impedidas de trazer sentido a valores subjetivos, culturais, de sociabilidades e de sustentabilidade, que poderiam ensejar contrapoderes. A seletividade, uma marca de nosso tempo, deixa aos sobrantes, que são muitos, pequenas doses de fantasia de que um dia tornar-se-á realidade um mundo possível de bem viver.

**Advogada agrarista, educadora feminista, com Especialização em Economia Ecológica e em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente, para um desenvolvimento sustentável, ambos pela Universidade Federal do Ceará. Coordenadora de projetos do Centro de Pesquisa e Assessoria – Esplar, com representação na Rede Jubileu Sul Brasil. Atualmente trabalhando com povos indígenas.*

**BRASIL,
200 ANOS DE
INDEPENDÊNCIA
E DÍVIDA**

PARTE 3

DE QUAL ENDIVIDAMENTO ESTAMOS

FALANDO?

CAPÍTULO 9

Ponto de não retorno na Amazônia: de qual irreversibilidade estamos falando?

Luis Fernando Novoa Garzon*

O risco de fim da Amazônia, reconhecido apenas como ponto de irreversibilidade de regeneração do seu bioma, traduz-se em um alarme particular com pretensão de ser um alarme planetário. A emissão provém da representação técnica dos capitais mais empenhados no novo ajuste patrimonial, regulatório e tecnológico do capitalismo global financeirizado. O alerta totalizante de perda do mais importante regulador climático do planeta indica os caminhos afunilados de uma transição nada justa, que dissimula novas e inauditas concentrações de poder e de conhecimento.

Transições são necessárias quando se trata de transformações estruturais profundas nas formas de metabolismo e consequentemente nas relações de poder de uma formação socioeconômica. Pode-se falar de transição quando o que se propõe são processos de incorporação e espoliação mais inteligentes e estáveis, ou seja, sustentáveis? Nos fóruns, redes e colegiados empresariais e governamentais não se ouve falar de um eventual ponto de não retorno do conjunto da sociodiversidade emanada pelos povos da Amazônia, sob forte ataque dos setores especializados em exportação de *commodities* em larga escala. Brutal extração dos elementos sociais contidos no “clima”, “carbono” e floresta. Onde estão recursos para pesquisa, não há espetáculo, escândalo e cena quando o risco é de apagamento perene de memórias sociais?

Se todos aqueles que consideram que a Amazônia é um indispensável amortecedor climático global também considerassem a região como um incalculável repositório de alternativas de vida e convivência, um espaço crucial de “regulação civilizatória” do mundo, teríamos outra agenda em movimento. Não uma agenda única, baseada em um otimismo tecnológico assentado nas grandes corporações que sempre ganham, custe o que custar: guerras, nações falidas, sociedades desfeitas. Substituído o lema do TINA (*there is no alternative*) pelo lema *blue-green* “estas são as únicas alternativas”, mas o nível de profecias autocumpridas continua o mesmo.

Um novo consenso é ditado na periferia do capitalismo: se há neoextrativismo, então que seja verde, sustentável, resiliente, inclusivo, digital. Basta um destes adjetivos para que a roda-viva das espoliações prossiga sob cambiantes justificações. A encenação da “transição” é protagonizada por aqueles que operam e financiam a agenda cinza (agronegócio, mineração e infraestrutura) e que ao mesmo tempo começam a operar e financiar uma agenda verde para a Amazônia.

Na categorização das “mudanças climáticas” ou dos “desastres naturais”, há pretensão de apagar a produção regular de riscos sociais e ambientais embutidos em ciclos de grandes projetos de infraestrutura, de grandes empreendimentos da mineração e do agronegócio. Os efeitos irreversíveis produzidos pelos ajustes espaciais em larga escala na Amazônia antecipam os piores efeitos das mudanças climáticas para o aqui e agora da região amazônica: desmatamento e queimadas em escalada incontrolável, empobrecimento da biodiversidade e extinção de espécies endêmicas, perda de mananciais e das recargas hídricas, contaminação e degradação das águas remanescentes, deslocamento e favelização das comunidades tradicionais, hierarquizações sociais, culturais e políticas que naturalizam a humilhação social, o racismo e a vio-

lência sistemática contra os não “assimiláveis”, particularmente os povos indígenas.

Todas as cautelas deveriam ser redobradas em um mosaico de territórios, biomas, solos, subsolos, bacias hidrográficas e massas de ar, em desequilíbrio, sob “antropização” intensiva-extensiva dirigida por grandes grupos econômicos nacionais e internacionais. Evitar exposição a desastres induzidos na Amazônia deveria implicar em cessação das atividades de extração de recursos naturais em larga escala nas zonas críticas da Amazônia, no que resta da região. A economia verde ou a bioeconomia, tal como se apresentam, não parecem ser menos avessas a processos de regulação e controle social.

Um país que nas últimas décadas foi aferrado a um modelo econômico rentista-neoextrativista, ou seja, condenado a ser uma plataforma de valorização de *commodities* e de livre especulação financeira, precisa entender que a transição “verde” proposta pela agenda climática representa um aprofundamento e uma maior imbricação dos dois componentes deste modelo. Uma convergência entre monoculturas e grandes projetos “sustentáveis” e investimentos financeiros com governança social e ambiental (ESG). Na prática, significa uma anistia unilateral a todas ofensivas e crimes perpetrados contra o meio ambiente, contra os povos e contra as finanças públicas. Afinal, aqueles que movem (e subtraem) o PIB do país estão dentro da agenda verde, de forma que toda devastação será perdoada se estiver vinculada superficialmente a programas-piloto de redução de emissões de gases-estufa.

É preciso ressignificar a todo momento o que sejam mudanças climáticas. Não pode ser remetida interferência antrópica indistinta acumulada desde a Revolução Industrial. Foi uma política de classe devastar e depauperar camponeses, povos tradicionais e biomas. Os processos de globalização associados a ciclos de

neoliberalização da economia e da sociedade, a partir dos anos 1970, aceleraram os processos de extração mais-valor e também os desequilíbrios ambientais e as desigualdades sociais. Então não podemos falar de mudanças climáticas sem explicitar a injustiça climática que está presente nos acessos diferenciados e particularistas à natureza. Injustiça ambiental e climática para quem fica com os resíduos contaminantes, com o lixo tóxico, para quem fica nas imensas zonas de sacrifício que abrem caminho para a passagem da fronteira de *commodities*. Para as comunidades tradicionais da Amazônia, as mudanças climáticas são sentidas instantaneamente com o avanço do desmatamento, da mineração e da agropecuária, avanço orquestrado por grandes transnacionais e bancos que agora apostam na responsabilidade social e ambiental.

Com as trajetórias tecnológicas traçadas e as posições financeiras já vendidas, os conglomerados avançam em ambas as frentes. Há complementaridade entre corredores de extração, processamento e escoamento de matérias-primas e mercado de serviços ambientais e créditos de carbono. Esta é a verdadeira “convergência” almejada.

Não é Antropoceno, é Capitaloceno, com base em uma globalização ainda mais assimétrica, agressiva e financeirizada. Um capitalismo vampiresco, de criador a criatura da destruição que se revela assumidamente por um neoliberalismo autoritário que combina formas de fascismos políticos, econômicos e territoriais. Neste contexto, ser protagonista em defesa do clima no Brasil e no sul Global significa defender os territórios compartilhados com biomas integrados, contra os projetos de “commoditização” e conversão desses espaços não-mercantis em ativos financeiros, seja com selo ESG ou sem selo. Multiplicar e integrar movimentos de atingidos por grandes projetos, pela mineração, pela soja, pela dívida pública, atingidos pelo “clima” desse grande negócio com o planeta apresentado com nova embalagem tecnológica e institucional para “salvar o planeta”.

O Governo recuou discursivamente da postura de apologia do crime ambiental e do extermínio dos povos para garantir a manutenção de uma reputação mínima para o agronegócio posicionado no Brasil. Da postura truculenta que vale para as bases internas de apoio do bolsonarismo, que podemos chamar de uma lumpen-burguesia que depende da violência nua e da ilicitude para consolidar sua posição de classe, o Governo transitou para uma postura de cinismo ambiental, que é o padrão discursivo *mainstream*. E se trata de um cinismo ainda mais ralo que os professados pelos governos anteriores. Como enquadrar o capitalismo de desastre brasileiro nos moldes de uma agenda *blue-green*? Com censura, desvirtuação e censura dos dados, com promessas vazias, com negacionismo pior que climático ou pandêmico, negacionismo da condição necropolítica, racista, neofascista do nosso modelo de economia e sociedade. O Brasil não deveria ser considerado um “pária internacional” apenas por conta de Bolsonaro e de seu negacionismo, mas por conta do empresariado transnacional e nacional que condenou o país a um regime de *apartheid* social, com prerrogativas de apagamento das resistências e das alternativas sociais e ambientais que comunidades tradicionais, camponesas e urbanas carregam.

A crise crônica e estrutural do capitalismo requer a criação de novas mercadorias e instâncias de valorização, sintetizando e convertendo bens naturais e culturais entrelaçados, patrimônios sociobiológicos, densificando as estratégias dos capitais na Amazônia: de estratégias agro-minerais às estratégias bio-agro-minerais.

Projetos de descarbonização da economia e de biotecnificação da Amazônia enfileiram-se para receberem financiamento e investimentos internacionais e internos. Eis a meta: fazer da floresta amazônica um polo de inovação tecnológica em grande escala que elimine o desmatamento ao transformar espécies de uso tradicional em ativos biológicos valiosos e rentáveis. Não falta

otimismo tecnológico que supõe que tudo se resolve com mais tecnologia, sem alterar as estruturas de poder e dominação que definem justamente os usos predominantes da tecnologia. Sobra ingenuidade ou má fé a respeito das externalidades positivas que um mercado, civilizado por diretrizes climáticas e ambientais, possa criar.

Este processo de monetização de bens comuns e calendários culturais esteriliza saberes, olhares, policulturas infindas formadas por séculos de coevolução entre comunidades e biomas. Em um modelo ou em outro, os povos da floresta são incorporados subordinadamente e imediatamente segregados, na melhor das hipóteses, convertidos em passivos consumidores de insumos/tecnologia de capital intensivo, adequando seu modo de vida e de produção às exigências do mercado.

Na Amazônia, assoma-se a catástrofe remarcadora do tempo capitalizado, tábula rasa programada, mundo assombrado e amaldiçoado de desequilíbrios previstos e desejados. As catástrofes capitalistas necroeconômicas chegam sem aviso e ao mesmo tempo inevitáveis, achapantes, transformando riquezas infinitas em uma espécie de pasta orgânica-inorgânica decomposta em mercadorias padronizadas exportáveis.

Nada justifica tal sacrifício de universos simbólicos, de modos de vida insondáveis, em termos mais inteligíveis para a *Big Science* a serviço dos grandes negócios. O que está sendo extinto são tecnologias sociais adaptadas a diferentes ecossistemas por séculos e milênios.

As queimadas foram mais intensas nas mais recentes frentes de expansão em que se entrecruzam as fronteiras agrícola, mineral e elétrica. O marcador espacial pode ser feito com o mapeamento da sobreposição de iniciativas econômicas concentradas em determinadas faixas territoriais em que se instalaram gran-

E aí, quem vai poder dizer o que podem os investidores privados e seus agentes operacionais? Frente à marcha forçada que se intensifica sobre os territórios, há os que abrem caminho e há os que se enfileiram com seus corpos plenos de memórias e de sonhos de corpos plenos. Para uns, Amazônia é uma capsula do passado a ser absorvida como e quando for conveniente pelos grupos que se tornaram senhores do presente. Para outros, estamos diante de um gigantesco repositório de alternativas. Para uns, o fogo queima apenas o bioma, para outros o fogo é a forma de sepultar e lacrar os trânsitos e os caminhos para formas de viver não instrumentalizáveis.

**Sociólogo, doutor em Planejamento Urbano e Regional, professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e membro da Rede Jubileu Sul.*

CAPÍTULO 10

Pela vida das mulheres: liberdade, abaixo o capital!

Dirlene Marques e Polly Policarpo*

Mulheres, dívidas e capitalismo

1968!! Data histórica para a humanidade, em que a população foi às ruas, na luta por direitos! A juventude e as mulheres se destacam por sua rebeldia. As mulheres se apropriam dos novos conhecimentos, como o desenvolvimento da pílula anticoncepcional e gritam: “Nosso corpo nos pertence! O pessoal é político!” É a luta contra a opressão, e se incorporam ao restante da sociedade na luta contra a exploração.

Como estamos hoje, 54 anos depois?! Hoje, na terceira e/ou quarta geração de mulheres educadas na perspectiva de igualdade de gênero, essas mulheres tiveram acesso à educação, ao mercado de trabalho e ao conhecimento, ocupam espaços na sociedade. E avançam. Porém, a violência das opressões e da exploração permanece e se diversifica. Esta é a discussão.

Assim, não superamos a opressão de gênero, controle sobre o corpo, sua reprodução, a dupla jornada, e nem a exploração das que vivem de seu trabalho (salários baixos, desqualificação das atividades exercidas...). Formas que se combinam, modificando e se reorganizando, acompanhando o desenvolvimento histórico e social da sociedade.

A revolução social e sexual dos anos 1960 e 1970 revolucionou os costumes, mas não rompeu com o sistema. Isto é, mudou-se o confeito e manteve-se a essência. O que seria esta

essência? A dinâmica que possibilita aumentar e reproduzir o capital, sendo a opressão das mulheres uma parte estruturante deste sistema.

De um lado, são as mulheres que vão gestar e parir a mercadoria fundamental para o sistema: o ser humano que depois será vendido como uma mercadoria. Esta função será realizada dentro de casa, de forma gratuita, onde ela assume todo o processo da reprodução: gerar e cuidar do ser humano, futura mercadoria e força de trabalho. Significa que ela vai engravidar, dar à luz, cuidar, o que implica, também, lavar, passar, cozinhar, ensinar, cuidar das crianças e cuidar dos doentes.

Por outro lado, na procura por romper com os limites do espaço doméstico, busca o espaço público, acessando o trabalho assalariado. Agora, incorpora os dois elementos na dupla jornada de trabalho. E o capitalismo não perdoa. Com qualificação universitária ou não, vai ocupar este novo espaço assumindo as funções e atividades que já conhece em suas atividades do trabalho doméstico. Por isto, serão classificadas como extensão do trabalho doméstico, desvalorizadas e consideradas da “natureza” do feminino, com pouco ou mesmo nenhum valor incorporado.

Com estas dimensões, se estrutura o capitalismo, possibilitando ampliar a exploração e os ganhos do capital, seus lucros.

Domesticação e o corpo das mulheres

Mas não para por aí! Imagine se o salário dos homens, que na sua quase totalidade não compartilham destas tarefas, tivesse que cobrir o trabalho de uma pessoa para cuidar das crianças e da casa?! Imagine se tivessem que pagar um berçário, depois uma creche, um maternal?! Se tivessem que ter uma enfermeira todas as vezes que a criança adoecesse?! Imagine se tivessem que pagar

alguém para lavar, passar, cozinhar, manter a casa limpa, fazer compras?! Quanto teria de ser o seu salário para manter tudo isto?! E se tivessem de comprar todos estes serviços no mercado?

Se todas estas necessidades fossem supridas no mercado, o salário masculino teria de ser muito maior. E assim, o trabalho gratuito da mulher também afeta os salários dos homens. Fica agora a questão: como é possível manter as mulheres neste lugar de subordinação?!

Isto só é possível pelo papel histórico que exercem a família, os homens e o Estado na domesticação e no controle do corpo feminino. Desde o nascimento, com os brinquedos, a menina brinca de casinha, com bonecas, e os meninos, com dinossauros, super-heróis e muita aventura. Alguém aqui já teve a ousadia de dar uma casinha de boneca para um menino? É claro que já encontramos exceções de meninas jogando futebol e brincando com super-heróis. Isto é possível, pois para exercer as duas funções – no espaço doméstico e no público – de desenvolver os cuidados e a agressividade/iniciativa. E o menino brincando com casinha e boneca? Isto não é necessário e nem aceito. Isto tudo em pleno século XXI.

Assim, ainda permanece a tradicional divisão: boneca para as meninas, bolas e super-heróis para os meninos. O comportamento vai sendo moldado para naturalizar o comportamento na fase adulta, limitando o corpo das mulheres aos limites do espaço doméstico, que é sua responsabilidade, e com algumas iniciativas, para dar conta da dupla jornada. Para garantir esta dinâmica, elas não podem ser livres, não podem ter controle sobre suas vidas, não podem decidir quando ter ou se querem ter filhos.

A luta pelos direitos sexuais e direitos reprodutivos é uma grande ameaça a este controle, quando mulheres ocupam as ruas dizendo: “Nosso corpo nos pertence! O pessoal é político!” Como?!

Ele não pertence ao capital e aos homens?! Como dizer quando queremos ou não, ou se queremos ser mães? Como ter políticas públicas para garantir que estas reivindicações se realizem?

Nas sociedades capitalistas fica bem definido o espaço da sexualidade biológica que institui desigualdades entre homens e mulheres. Desta forma, ao sexo feminino caberiam as experiências reprodutivas e atividades de cuidado não-remuneradas, relacionadas à produção da vida humana, perspectiva que acaba por naturalizar a inclinação das mulheres à maternidade, aos carinhos, afetos e cuidados com as crianças e a casa.

Para a mulher, é visto como natural a dupla jornada, perfeitamente aceitável socialmente em atividades que são consideradas a extensão do espaço doméstico. E, para o homem, correspondem as atividades de produção de riqueza e sua administração, tornando-o responsável por prover materialmente o setor de produção humana e a participação no mundo externo ao lar. Tudo isto é naturalizado.

Uma luta histórica: direitos sexuais e direitos reprodutivos

Hoje em uma terceira, ou mais possivelmente quarta onda do feminismo, temos uma geração de mulheres educadas na perspectiva de igualdade de gênero e da luta por direitos e saúde sexual e reprodutiva. E vão à luta enfrentando governos que aprofundam os ataques aos poucos direitos conquistados ao longo dos anos. E, no universo da diversidade das mulheres – com destaque a unidade com as teólogas feministas inter-religiosas –, construindo dados e informações para subsidiar as lutas.

Diante do capitalismo em crise, as dívidas sociais com as mulheres se aprofundam. São reduzidos os investimentos em saneamento básico, na assistência social, na segurança alimentar, na mobilidade e na saúde pública, especialmente na saúde sexual

e reprodutiva, a ser mantida no imaginário popular cheio de estigmas e perseguições, tanto pelas igrejas quanto pelo poder político. O atendimento à saúde é assim afetado, recaindo sobre a mulher um pesado ônus.

A precarização do atendimento à maternidade provoca violências obstétricas, levando a um aumento expressivo nas taxas de mortalidade materna. No Brasil, a cada cinco anos ocorrem cerca de 8.300 mortes maternas, destas 64,1% são de mulheres negras. Este elevado número é reflexo do ciclo violento de injustiças sociais e reprodutivas. E, durante a pandemia, tivemos uma significativa piora nestes serviços, com fechamento de unidades, ausência de pré-natal e falta de oferta de contraceptivos. Estudos mostram que 68,2% das mortes maternas poderiam ser evitadas, pois ocorreram por falhas básicas na assistência obstétrica e na elaboração das políticas públicas.

E quanto às meninas?

Entre 2010 e 2019, 252.786 meninas de 10 a 14 anos, além de 12 meninas com menos de 10 anos, engravidaram e tiveram filhos nascidos vivos no Brasil. Destas meninas que engravidaram e se tornaram mães, 71,1% são negras. Em Roraima, 47% das meninas identificadas são indígenas.

São dados chocantes, pois sabemos que qualquer relação com crianças de até 14 anos é violação sexual de vulnerável (art. penal 217-A). E, no Brasil, o aborto é um direito nos casos de gestação resultante de violência sexual, risco de vida para a gestante e em caso de feto anencéfalo. Portanto, mesmo sabendo que é um direito, poucas meninas e mulheres têm acesso a este direito. As informações não circulam, os locais autorizados pelo SUS são poucos e não funcionam adequadamente (nem sempre há mulheres feministas nestes locais), reforçando o encaminhamento para o pré-natal, com a efetivação da ausência do acesso ao direito.

E uma grande bandeira do movimento feminista é que as meninas devem ter direito a uma infância protegida e livre de violências.

Além disso, não podemos esquecer que o sistema de saúde é cheio de falhas, desde as/os profissionais de saúde embasados em modelo retrógrado, perpassando pelo racismo e estereótipos, aumentando a violência obstétrica e violência sexual e provocando o agravamento da mortalidade materna. Vemos também o aumento das práticas deliberadas de esterilização em massa e ausência de políticas para dignidade menstrual de meninas e mulheres.

Considerações finais

Portanto, a crise econômica, política, social e ambiental tem tudo a ver com a vida das mulheres. Somos 52% da sociedade e 52% do povo trabalhador. O que afeta a sociedade afeta a nós mulheres. Mas é muito mais do que isto.

Como população em situação de vulnerabilidade, responsável pelos cuidados, a redução de políticas públicas afeta com mais intensidade as mulheres. E, com a dupla jornada, são as mais afetadas pelo desemprego e pela precarização.

Assim, a dívida social feminina é muito pesada. É uma dívida resultante do modelo capitalista e machista que vivemos, tendo na especificidade dos países subdesenvolvidos uma dimensão particular, que leva a uma sobrecarga sobre o corpo das mulheres com a superexploração do trabalho feminino.

No capitalismo financeirizado, o direito a uma vida plena para as mulheres é secundarizado. São os primeiros investimentos a serem eliminados. Não tem problema aumentar a sobrecarga do trabalho feminino. Cortar a saúde integral das mulheres, a educação, em especial a educação infantil, recursos da previdência, aumentando o tempo de trabalho, insegurança alimentar com o aumento da pobreza, demissão ficando como reserva de mão de obra.

Enfim, se o investimento em políticas públicas piora, sua carga de trabalho aumenta, suas condições de vida se deterioram. A violência doméstica tende a aumentar. O desemprego contribui para rupturas afetivas no âmbito familiar. Nas áreas rurais, juntam-se a esses fatores o êxodo dos agricultores para os centros urbanos, transferindo-se para as mulheres toda a responsabilidade com a família e com a produção. A submissão a jornadas exaustivas de trabalho e a ausência de perspectivas levam ao aumento do consumo do álcool e outras drogas, resultando num aumento da violência doméstica, provocando entristecimento e depressão.

Como sabemos, no Brasil, são muitas as violências e riscos, inclusive de morte, enfrentados pelas mulheres e pessoas com útero antes, durante e depois da gestação e parto, seja pela violência do estupro, na procura pelos serviços de saúde ou dentro dos hospitais, diante de tratamentos desumanizados.

O sistema capitalista tem nas mulheres as reprodutoras do sistema a partir do patriarcado que dá sustentação, e ao mesmo tempo disciplina, a família para o mercado de trabalho. Toda e qualquer resistência a isso, como o divórcio, a mulher como chefe de família e os salários menores das mulheres, são decorrência de uma sociedade produtora de mercadoria que só valoriza o trabalho masculino.

Com a crise sistêmica que vivemos, a crise do modelo capitalista neoliberal-financeirizado, não é mais possível atender às exigências das lutas feministas que vão ser consideradas secundárias diante da fome que afeta a quem vive de seu trabalho.

Com isto, aumenta a dívida para com as mulheres, centradas no aumento do abismo no acesso à saúde reprodutiva, na promoção de equidade de gênero e no direito da mulher ao próprio corpo.

A naturalização das desigualdades e das relações de poder que estruturam o capitalismo, fundado no controle sobre o corpo das mulheres, encontra a resistência nas lutas históricas feministas pela vida, pela saúde das mulheres e das meninas, construindo reivindicações que enfrentam o sistema e visam gerar o fortalecimento e a autonomia das mulheres diante das suas escolhas e seus corpos. Lutas que ocorrem nas manifestações de rua, na ocupação dos espaços públicos, nas trocas em rodas de conversa, nos espaços de controle social e em todos os locais onde estão as mulheres.

A grande bandeira da justiça reprodutiva que orienta nossas reivindicações fala sobre o direito à vida, sobre a garantia de todos os outros direitos, sobre a dimensão da autonomia em relação ao nosso corpo, sobre ser livre: educação sexual para decidir, métodos contraceptivos acessíveis para não engravidar e aborto legal para não morrer.

Reivindicamos a legalização completa do aborto no Brasil e lutamos contra todas as formas de criminalização no acesso aos seus direitos sexuais e direitos reprodutivos. Luta esta que só tem sentido se for também uma luta por justiça reprodutiva, uma luta em defesa do SUS e de combate a todas as formas de exploração e opressão. Conceito subversivo, confronto da ordem social, política e econômica que nos oprime. Poder de escolha, autonomia e dignidade. Equidade, luta e bem viver! Futuro feminista, com Justiça Reprodutiva e sem racismo e violências correlatas. Somente a luta organizada das mulheres pode mudar esse cenário!

**Dirlene Marques: Economista, mestre em Ciência Política, professora do Departamento de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e membra da Rede Jubileu Sul.*

***Polly Policarpo: Psicóloga social, comunicadora popular, assessora técnica da Ação Mulheres por reparação das dívidas sociais, na Rede Jubileu Sul Brasil, integrante da Rede Feminista de Saúde e da Frente Mineira Legaliza.*

CAPÍTULO 11

Povos quilombolas e dívidas históricas

Alessandra Miranda* e Dom José Valdeci dos Santos Mendes

“Quando não matam de fome, matam de bala”.

Márcia Palhano (Comissão Pastoral da Terra)

Celebrar o passado e valorizar a história de uma nação deve ser uma prática comum nos processos históricos numa ênfase de compreensão do presente e projeção de horizontes para o futuro. Uma das chances para fazer este movimento está na memória provocada pelos 200 anos de (in)dependência do Brasil que está em evidência neste período complexo e contraditório revelado através dos fatos do Brasil que temos.

Na reflexão que segue, entendemos a dimensão celebrativa da memória com uma capacidade em provocar a crítica necessária para um amadurecimento na perspectiva das rupturas e alianças necessárias para superar a falsa independência que ainda hoje na estrutura da sociedade brasileira está ornamentada com extremas desigualdades econômicas e sociais, manifestações de violência e em especial contra a vida dos territórios e vidas quilombolas.

A independência pressupõe capacidade de autonomia, soberania e sustentabilidade como atributos necessários de uma vida digna em todos os âmbitos: sociais, econômicos e de relações humanas e socioambientais. Nestes 200 anos de (in)dependência, se olharmos para a escandalosa situação em que se encontram os povos e comunidades tradicionais, assim como as populações empobrecidas que dependem da subsistência local, é perceptível

as extremas violações marcadas sobretudo pela dependência do capital e sua política da propriedade privada que alimentam modos de produção acima das vidas de comunidades inteiras.

Vamos celebrar a Independência do Brasil com milhares de pessoas ameaçadas e que ainda resistem nas comunidades quilombolas e camponesas na luta pelo território? Em 1888, o Brasil foi o último país das Américas a abolir “formalmente” a escravidão. E, só “garantiu” em lei o direito quilombola ao território 100 anos depois, na Constituição Federal de 1988. A especulação imobiliária e os projetos do agronegócio, com a permissão do poder público, colocam as comunidades quilombolas imersas em uma realidade de pressão violentamente racista.

É justo falar em Independência do Brasil quando quilombolas ainda lutam pela efetivação do acesso à moradia, educação, saúde e produção para subsistência? Quando o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, disse publicamente: “Eu fui num quilombola em Eldorado Paulista. O afrodescendente mais leve lá, pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem pra procriadores servem mais (...) Mais de um bilhão de reais por ano gastado com eles”.⁴ Posicionamento como este, vindo do chefe do executivo do país e de outros órgãos públicos como a Fundação Palmares, que em sua missão deve valorizar a cultura negra brasileira e avançar na incidência para a regularização fundiária dos territórios quilombolas, servem na verdade para acelerar os desmontes das políticas e incitar a violência e desautorização das comunidades como sujeitos de direitos.

Em contraposição a uma independência que tem como valor fundamental a dignidade humana e da natureza, o que vivemos hoje é o genocídio e ecocídio que caminham lado a lado, aterrorizando famílias e comunidades inteiras. Ações promovidas

4 Fala do então presidente Jair Bolsonaro direcionada a um apoiador, em 12 de maio de 2022.

pelo agronegócio, e que deixam um rastro de desespero e morte, com correntões, tratores, fogos e outras técnicas destrutivas, aniquilando as fontes de alimentos, colocando as comunidades em grave situação de insegurança alimentar.

Articulada com o processo de independência, a soberania popular e democrática é a principal prova de constatação de que o povo é soberano para fazer as escolhas que estão no interesse comum da sociedade, com o princípio da solidariedade e da fraternidade, componentes que estão na raiz da Carta Magna, a Constituição Brasileira. No âmbito da soberania e segurança alimentar dos brasileiros e brasileiras, refletidos no tocante a saúde integral das comunidades quilombolas e grupos empobrecidos, destaca-se a dura realidade de mais de 33 milhões de pessoas em grave insegurança alimentar, resultado da política econômica de produção de grãos e exportação, ausência de apoio e de políticas de incentivo à agricultura familiar, alimentada por uma prática de utilização indiscriminada de agrotóxicos, causando várias doenças dermatológicas, pulmonares, gastrointestinais e neurológicas. Elementos estes potencializados e prejudiciais à saúde mental, com graves situações de depressão, ansiedade e pânico gerados por profunda angústia, medo e insegurança com os assassinatos e ameaças.

O estado do Maranhão tem presente essas atrocidades e está longe de ser um caso isolado no cenário brasileiro, no que se refere às violências, resultado das dívidas sociais e históricas não enfrentadas no Brasil, como a relação de dependência e subordinação à dívida pública e social, resultando na ausência de resolução e reparação necessária para com as pessoas escravizadas, vítimas da ditadura militar e outros fatos sociais e econômicos das relações de injustiças sociais. Ou seja, o reconhecimento por parte do Estado às violações, punições aos criminosos e reparação às vítimas, precisa estar na agenda de urgência para a mudança das estruturas desiguais.

Retomando a realidade do Maranhão, entre 2021 e 2022, 14 lideranças, defensores da natureza e de seus territórios, foram assassinados e centenas estão na lista de solicitação de proteção através dos aparatos de segurança do poder público em parceria com a sociedade civil. Identificamos que o descumprimento da execução de políticas públicas por parte dos poderes constituídos no estado do Maranhão, não se trata apenas de descaso com estas realidades, mas da ação organizada e estruturada com o objetivo óbvio de implementar grandes projetos como o agronegócio e a mineração, que geram morte e intenso sofrimento às comunidades.

A responsabilidade de reparação das dívidas históricas conclama a responsabilidade de todos/as, protagonistas da atual geração de atores sociais e do governo em todos os âmbitos. A necessidade da reflexão e proposição sobre quais são as ações de reparação às comunidades tradicionais passam pelas políticas públicas afirmativas, porém focadas em reparações estruturais e não apenas em ações imediatistas, mas de segurança jurídica. E uma delas passa pela revogação das licenças ambientais emitidas de maneira arbitrária e que violam a vida, concedidas pelo Estado ou municípios e que mercantilizam a natureza. Urgente também é a regularização fundiária em favor das comunidades tradicionais destes territórios, alicerçada em uma ampla política de reforma agrária no país. Por isso, a compreensão da terra e da moradia como dimensão ampliada no território, que considere a ancestralidade e as relações afetivas de constituição das identidades, exige uma mudança de concepção sobre as microestruturas de organização das comunidades tradicionais, das políticas estruturais que compreendem as decisões e leis do país, até a compreensão geopolítica do planeta, ampliando, inclusive, para um entendimento de que a soberania deve se organizar com outros referenciais. Afinal, o que se decide no Sul do globo reverbera em outros limites territoriais do planeta.

Mais de 300 anos depois da morte de Zumbi dos Palmares, líder do movimento negro do Quilombo dos Palmares e nos 200 anos da (In)dependência do Brasil, a gravíssima situação de violação às comunidades tradicionais só não é mais dramática porque as comunidades estão organizadas e com esperança resistindo, fortalecendo as lutas para efetivação do direito básico de existir no território, com Terra, Teto e Trabalho. Ou seja, o marco da Independência, deve ser questionado e problematizado em uma manifestação de insurgência para independências reais e coerentes com a vida da população brasileira para a superação das desigualdades. Ou é justiça para todos/as na partilha da terra ou não é justiça, e sim dependência, subordinação e escravidão.

Fontes de pesquisa:

Reforma agrária no Brasil:

<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/no-dia-do-trabalhador-rural-via-campesina-cobra-reforma-agraria-no-brasil/358>

Missão escuta-Missão denuncia Maranhão:

<https://ssb.org.br/noticias/a-6a-semana-social-brasileira-visita-no-maranhao-comunidades-quilombolas-e-tradicionais-ameaçadas-pela-violencia-no-campo/>

Artigo: 200 anos de Independência e os desafios à luz da doutrina sociais da igreja e 6ª Semana Social Brasileira: <https://ssb.org.br/noticias/os-200-anos-da-independencia-e-os-desafios-sociopastorais-a-luz-das-propostas-da-6a-semana-social-brasileira/>

**Alessandra Miranda: Secretária Executiva da 6ª Semana Social Brasileira (SSB), Coordenadora da Ação Mulheres por reparação das dívidas sociais, iniciativa da SSB com a Rede Jubileu Sul Brasil.*

***Dom José Valdeci Santos Mendes: Bispo da Diocese de Brejo (MA) e presidente da Comissão Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).*

**BRASIL,
200 ANOS DE
INDEPENDÊNCIA
E DÍVIDA**

NOSSAS BUSCAS POR INDEPENDÊNCIA

PARTE 4

NOSSAS BUSCAS POR INDEPENDÊNCIA

CAPÍTULO 12

Grito dos Excluídos e Excluídas

A luta pela desmilitarização: das arquibancadas às ruas e praças

Secretaria Nacional do Grito dos Excluídos e Excluídas*

O Grito dos Excluídos e Excluídas, que acontece desde 1995⁵, faz um contraponto e propõe que repensemos a questão da história oficial da independência do Brasil. Por isso acontece na Semana da Pátria, e mais precisamente no dia 7 de Setembro, em todo o país.

Na contramão dos desfiles cívicos e militares, o Grito tem sido um espaço de convergência da indignação popular, de crítica

⁵ O Grito dos Excluídos e Excluídas nasceu de duas fontes distintas, mas complementares. De um lado, teve origem no Setor Pastoral Social da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), como uma forma de dar continuidade à reflexão da Campanha da Fraternidade de 1995, cujo lema – “Eras tu, Senhor” – abordava o tema “Fraternidade e Excluídos”. De outro, o Grito brotou da necessidade de concretizar os debates da 2ª Semana Social Brasileira, realizada nos anos de 1993 e 1994, com o tema “Brasil, alternativas e protagonistas”, ou “O Brasil que queremos” (Fonte: “Grito dos Excluídos – 10 anos de luta” – Expressão Popular, 2004). Em 1993, em Montes Claros/MG, aconteceu o “Clamor dos Sem Teto”, posteriormente identificado como Grito dos Excluídos. A mobilização aconteceu após visitas às ocupações urbanas durante a Campanha da Fraternidade, que tinha como tema Onde Moras? Irmã Marilda lembra que teve a ideia de fazer uma parada cívica, já que estava próximo ao dia 7 de setembro. Ela relata que, quando o pelotão entrou na avenida para o desfile oficial, as famílias organizadas, os jovens e todos os simpatizantes àquela causa tomaram as ruas, com cartazes que manifestavam a indignação da situação em que se encontravam os moradores das favelas de Montes Claros. No dia seguinte, os jornais locais narraram o fato (Fonte: Jornal Brasil de Fato, 06/09/2017).

ao sistema político e econômico que exclui, degrada e mata, de mobilização e de defesa da vida em primeiro lugar.

“É difícil identificar os gritos, porque surgem dos cantos, das periferias, das profundezas, de lá onde não se costuma olhar muitas vezes, ou abafado para não atrapalhar belos discursos... quando se concentram gritos anônimos passam a se multiplicar, provocam ecos...” (Inácio Werner, Cuiabá/MT, Grito 2010)

Em sua primeira edição, o Grito ecoou em 170 localidades pelo país. Em Aparecida/SP, junto com a Romaria dos Trabalhadores e Trabalhadoras, e a participação de diversas organizações, os gritos e as preces subiram aos céus pela democratização da terra, distribuição de renda, exercício da cidadania, condições dignas de vida, de saúde, moradia, educação, pela reparação das dívidas sociais, ao que os participantes rogavam: “Ouvi-nos, Senhor!”, valorizando a religiosidade popular e destacando a importância de se passar da ideia do milagre individual para o coletivo, uma prática que continua até hoje.

O primeiro Grito seria o prenúncio de uma nova forma de pensar e comemorar a tal da independência do Brasil, de apresentar uma outra Pátria, aquela que os excluídos e excluídas querem e precisam: de inclusão e não de exclusão e miséria.

*“É o grito
Não é gemido não
Não é simples passeata
É momento de reflexão
É o grito pela terra
É o grito da criança
Sem saúde e educação*

É o grito do carrinheiro
 Catando papel no chão
 Andando de casa em casa
 Reciclando, transformando mudança essa nação
 Cuidando da natureza
 Buscando a união
 É o grito da mulher
 Contra a exploração
 É o grito do negro
 Contra a discriminação
 É o grito do professor
 Que quer ser valorizado em sua profissão
 É o grito dos garis
 E empregadas domésticas
 É busca, é profecia e muita manifestação”.
 (Negrafo, Grito 2010)

Gradativamente, o Grito dos Excluídos e Excluídas roubou a cena do Grito da Independência, quando “intrusos e intrusas”, em blocos, tomaram as ruas, ora após a passagem dos soldados, seus cavalos e carros blindados, ora depois das escolas. O Bloco dos Excluídos, como veio a ser chamado, muitas vezes e em muitos locais, enfrentou a ira da polícia, dos políticos de plantão e até da mídia.

A ousadia e organização dos participantes foi crescendo ano a ano, se multiplicando em ações muito além dos desfiles. De fato, o Grito mudou a cara do 7 de Setembro, conclamando o povo, sobretudo os pobres e excluídos, a descer das arquibancadas, deixar o patriotismo passivo e ocupar as ruas e praças, na busca por garantia de seus direitos, por meio das variadas lutas, formas e linguagens: atos, celebrações, caminhadas, música, poesia, desenhos, teatro, seminários, rodas de conversa, festivais,

concursos de redação nas escolas, Lives, pré-Gritos, café na praça, programas de rádio, carros e bicicletas de som, romarias, campanhas de solidariedade, coleta e distribuição de alimentos e produtos de higiene (em tempos de pandemia e enchentes), entre outras tantas manifestações que denunciam as injustiças e celebram as conquistas em cada local desse imenso Brasil.

Nesse sentido, o Grito constitui-se numa mobilização em três direções: denunciar o modelo político e econômico que concentra riqueza e renda e condena milhões de pessoas à exclusão social; tornar público, nas ruas e praças, o rosto desfigurado dos grupos excluídos; propor e buscar caminhos alternativos ao modelo econômico liberal, de forma a desenvolver uma política de inclusão social, com a participação ampla de todas e todos as cidadãs e cidadãos.

“O fato de enriquecer o 7 de Setembro com manifestações populares organizadas e pedagógicas tem o mérito de não deixar que a independência do Brasil pareça ser tarefa militar e armamentista, como pareciam indicar os desfiles tradicionais desta data”. (Marcelo Barros, monge beneditino e escritor, 2007)

Nesses 28 anos, o Grito se faz num processo de construção coletiva, a partir dos locais e diferentes movimentos sociais e populares, pastorais sociais, igrejas, denominações religiosas e pessoas que sonham, acreditam e lutam para mudar este sistema de injustiça e opressão.

“Meu grito dos excluídos vai para a população de travestis e transexuais tão invisibilizada e marginalizada nessa sociedade. Vidas trans importam, acima de tudo somos seres humanos. Basta de exclusão!” (Caroline Nascimento, mulher trans, Curitiba/PR, Grito 2021)

A partir de 2020, vem se ampliando a realização do Dia D do Grito, que acontece nos dias 7 de cada mês, antes (pré-Gritos) e depois do 7 de Setembro. A atividade vem sendo um espaço de reflexão e debate sobre variados temas sociais locais e nacionais, intensificado de forma virtual durante a pandemia de Covid-19.

Sem estruturas física ou jurídica, o Grito conta com uma coordenação nacional, integrada atualmente por 23 entidades⁶, e a secretaria nacional. Fiel a sua proposta original de construção coletiva e de ações descentralizadas, conta com uma rede de articuladores/as e animadores/as que são o pulmão do movimento, que pensam, discutem e organizam as manifestações desde os locais, a partir das suas realidades, culturas e demandas próprias. É fundamental que os próprios excluídos e excluídas assumam o Grito em todas as fases – preparação, realização e continuidade, o que ainda é um horizonte a ser alcançado.

“Nós, mulheres, participamos do Grito e unimos nossas vozes para protestar contra este modelo de sociedade que nos desumaniza e gritamos por uma sociedade livre do machismo, da violência e da exploração” (Ivani de Paula, Grito 2009)

A construção coletiva, o diálogo, a participação, a luta por direitos são marcas do Grito, numa perspectiva de transformação social, e podem ser destacadas no tema permanente - **“Vida em**

⁶ Comissão 8/CNBB; Cáritas Brasileira (CB); 6ª Semana Social Brasileira (SSB); Pastoral Operária (PO); Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Pastoral Carcerária (PCR); Pastoral Afro Brasileira (PAB); Pastoral do Povo de Rua (PPR); Pastoral da Juventude (PJ); Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP); Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM); Jubileu Sul Brasil (JSB); Rede Rua (RR); Serviço Franciscano de Assistência (SEFRAS); Central dos Movimentos Populares (CMP); Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Juventude Operária Católica (JOC); Romaria dos Trabalhadores/as; Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB); Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Primeiro Lugar!” - e nos diversos lemas nesses 28 anos de trajetória:

- 1995: “A Vida em primeiro lugar”;
- 1996: “Trabalho e Terra para viver”
- 1997: “Queremos justiça e dignidade”
- 1998: “Aqui é o meu país”
- 1999: “Brasil, um filho teu não foge à luta”
- 2000: “Progresso e Vida, Pátria sem dívida\$”
- 2001: “Por amor a essa pátria Brasil”
- 2002: “Soberania não se negocia”
- 2003: “Tirem as mãos... o Brasil é nosso chão”
- 2004: “Brasil: mudança pra valer o povo faz acontecer”
- 2005: “Brasil, em nossas mãos a mudança”
- 2006: “Brasil: na força da indignação sementes de transformação”
- 2007: “Isto não VALE! Queremos participação no destino da nação”
- 2008: “Vida em primeiro lugar” (passa a ser tema permanente) - Lema: “Direitos e participação popular”
- 2009: “A força da transformação está na organização popular”
- 2010: “Onde estão nossos direitos? Vamos às ruas pra construir um projeto popular”
- 2011: “Pela vida grita a TERRA. Por direitos todos nós! ”
- 2012: “Queremos um Estado a serviço da Nação, que garanta direitos a toda população”
- 2013: “Juventude que ousa lutar constrói o projeto popular”
- 2014: “Ocupar ruas e praças por liberdade e direitos”

- 2015: “Que país é esse, que mata a gente, que a mídia mente e nos consome?”
- 2016: “Este sistema é insuportável, exclui, degrada e mata”
- 2017: “Por direitos e democracia, a luta é todo dia”
- 2018: “Desigualdade gera violência. Basta de privilégios! ”
- 2019: “Lutamos por justiça, direitos e liberdade. ”
- 2020: “Basta de miséria, Preconceito e Repressão! Queremos TRABALHO, TERRA, TETO e PARTICIPAÇÃO!
- 2021: “Na luta por participação popular, saúde, comida, moradia, trabalho e renda, já! ”
- 2022: “BRASIL: 200 anos de (In)dependência. Para quem?”

Ao mesmo tempo em que denunciam as injustiças no cenário político, econômico e social do país, os lemas também motivam, animam e convocam para a participação popular, luta por direitos e democracia e por um novo projeto de Brasil. Não basta uma independência politicamente formal, a verdadeira independência passa necessariamente pela soberania de um país e de seu povo.

“Nós que sofremos a opressão do invasor há 500 anos, viemos engrossar o cordão dos excluídos e mostrar que podemos nos unir na mesma luta” (Voz indígena - Recife/PE, Grito 1999)

“Nesse momento de desmonte dos direitos que já são garantidos para nós, o nosso grito é de vida aos povos indígenas” (Soilo Urupe Chue, Mato Grosso, Grito 2021)

Em sua trajetória, o Grito contribuiu para mudar a cara da Semana da Pátria e o 7 de Setembro, tanto que as mobilizações das ruas e os plebiscitos populares dão ideia desse contraponto, conferindo maior visibilidade às lutas sociais e mobilizando milhões de pessoas em todo o território nacional.

No processo da 3ª Semana Social Brasileira da CNBB – 1997 a 1999 – discutiu-se o resgate das dívidas sociais como condição de celebrar o jubileu do ano 2000⁷. A questão da dívida externa brasileira foi retomada em estudos e debates e aprofundada em um simpósio internacional (1998), no Tribunal Popular da Dívida (1999) e no Plebiscito Popular da Dívida Externa, o primeiro da nossa história, durante a semana da Pátria, de 2 a 7 de setembro de 2000.

O Plebiscito da Dívida realizou-se em todos os estados, com a participação aberta à população, a partir de três perguntas:

- 1) *O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o Fundo Monetário Internacional?*
- 2) *O Brasil deve continuar pagando a dívida externa sem realizar uma auditoria pública da dívida, como previa a Constituição de 1988?*
- 3) *Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?*

Dos mais de 6 milhões de votantes, em mais de 3,3 mil municípios, 90% disseram “Não”, três vezes não. Em sintonia com a celebração do jubileu, no ano de 2000, o Grito teve por lema: “Progresso e Vida, Pátria sem Dívida\$”.

Em 2002, de 1º a 7 de setembro, aconteceu o Plebiscito

⁷Celebração da virada do milênio. Entre os anos de 1997 a 1999 foi realizada a 3ª Semana Social Brasileira (SSB) da CNBB com o tema “Resgate das Dívidas Sociais: Justiça e Solidariedade na Construção de uma Sociedade Democrática”. Essa ação da Igreja Católica se caracterizou pelo alcance nacional e pelo caráter plural e participativo. Durante três anos a mobilização foi para que a sociedade refletisse e se engajasse na questão do endividamento do país.

Contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas)⁸ e a Base de Alcântara, com três perguntas:

- 1) *O governo brasileiro deve assinar o tratado da ALCA?*
- 2) *O governo brasileiro deve continuar participando das negociações da ALCA?*
- 3) *O governo brasileiro deve entregar uma parte do nosso território – a Base de Alcântara para controle militar dos Estados Unidos?*

Neste processo de formação e organização trabalharam mais de 150 mil voluntários, foram instaladas mais de 45 mil urnas em 3.909 municípios. Mais de 10 milhões de pessoas votaram, sendo que 98,35% disseram não à ALCA e 96,6% não aceitaram a entrega da Base de Alcântara, no Maranhão, para o controle militar dos Estados Unidos.

Na Semana da Pátria de 2007 foi realizado o Plebiscito sobre a anulação do leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, com mais de 3,7 milhões de votantes. Em 2010, o Plebiscito Popular pelo Limite Máximo de Propriedade da Terra. Na semana de 1º a 7 de setembro de 2014, aconteceu o Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político.

Os plebiscitos populares foram verdadeiros processos pedagógicos e exercícios de democracia direta e participativa. Para além dos números, promoveu-se milhares de debates, seminários, plenárias que se espalharam por escolas, universidades, sindicatos, igrejas, associações, movimentos populares, em todo o país. Deslocou-se os temas dos gabinetes e levou-se para ruas, casas e parte da grande mí-

⁸A ALCA se insere no contexto das políticas de implantação de uma nova ordem econômica mundial que foram definidas em novembro de 1989, no encontro realizado em Washington, que ficou conhecido como “Consenso de Washington”, organizado pelo governo norte americano – Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Mundial. (Fonte: Cartilha “Vida em primeiro luar – Grito dos Excluídos”, dezembro de 2022).

dia. Apesar da importância dos plebiscitos e do tamanho da mobilização e participação popular, os governos de plantão até receberam, mas não deram encaminhamento às reivindicações.

“Nós acreditamos que podemos construir iniciativas como essa do Grito, que nos alerta da força que temos para transformar nossa realidade e conquistarmos uma independência que ainda não veio. E que só virá quando acreditarmos em nós mesmos e tivermos forças e consciência para forjá-la. (Albione S. Silva, Ipiaú/BA, Grito 1999)

Neste ano de 2022, em que o país comemora os 200 anos da independência, bradada pelo imperador português, Dom Pedro I, o Grito dos Excluídos e Excluídas propõe debater e revisitar essa história oficial e questionar mais uma vez: (In)dependência para quem?

**O Grito dos Excluídos e Excluídas é uma articulação que mobiliza um conjunto de manifestações populares que ocorrem no Brasil, desde 1995, especialmente ao longo da Semana da Pátria.*

CAPÍTULO 13

Dívida Pública: 23 anos de lutas da Rede Jubileu Sul Brasil

Rosilene Wansetto e Sandra Quintela*

A dívida é ou não é um tema estruturante para entender o nosso caminho de desenvolvimento?

Desde 1999, quando nasce o *Jubileu 2000* como campanha, hoje, Jubileu Sul, analisamos, estudamos, chamamos quem entende e construímos coletivamente a resposta: sim!

Entender como a dívida pública é a espinha dorsal para o funcionamento do sistema capitalista é central.

A Rede Jubileu Sul é herdeira dos debates dos anos 1980, quando o debate da dívida estava em alta. Nos artigos anteriores deste livro estão os elementos que fundamentam essa reação mundial por parte dos movimentos sociais, sindicais, movimento de mulheres e muitos outros.

A palavra de ordem era “Fora FMI!”. As mobilizações contra o pagamento da dívida em várias partes de nosso continente estavam presentes nas ruas, a ponto de Fidel Castro, em 1985, chamar um Encontro sobre a Dívida Externa América Latina e Caribe, em La Havana, Cuba, para começar a construir uma solução articulada desde América Latina e Caribe.

Na época, Alan Garcia, 1985, presidente do Peru, limitou o pagamento da dívida a 10% das exportações. Já havia a moratória do México em 1982, a do Brasil em 1987, e por aí vai. O sistema da dívida era parte da vida política de nossos países, assim como hoje, talvez em proporções diferentes.

Na década de 1990, quando nasce o Jubileu Sul, as problemáticas advindas da dívida estavam mais mascaradas. Através de mecanismos muitos sofisticados, há uma transformação daquele que era nosso mote de mobilização: o endividamento a partir da “dívida externa” passa a ter menos peso nas carteiras de títulos da dívida pública. Entra em cena a dívida interna e o grosso do endividamento passa a ser em moeda nacional.

Os impactos desse endividamento no Brasil eram sentidos fortemente. Em 1998, as Pastoras Sociais, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, convocam o debate sobre as dívidas sociais, para além do debate sobre as dívidas externa e interna. Deste modo, acontece a 3ª Semana Social Brasileira, um marco social importante na articulação e para espriar com mais força o tema das dívidas externa, interna e sociais.

E como isso se relaciona com a atuação do Jubileu Sul Brasil e com o tema desse livro, 200 anos de (in)dependência?

Com a mudança na política implementada no Brasil, a partir de políticas ditadas pelo FMI, a situação no final dos 1990 era ainda mais complicada. Apesar das tentativas do então governo Fernando Henrique Cardoso, em buscar estabilizar a hiperinflação com o Plano Real e estabelecer um conjunto de privatizações, como foi o caso da Vale do Rio Doce para gerar recursos para o pagamento da dívida, a situação social só se deteriorava.

E com essa situação ficava cada vez mais difícil pautar o tema da Dívida Externa. Para muitos economistas, intelectuais e para o governo da época, a dívida em moeda nacional não era um problema. Foi aí que resolvemos trabalhar de forma mais estruturante o tema da dívida. Para o Jubileu, a dívida não é apenas uma questão contábil. É algo que estrutura o funcionamento de nossa economia e regula e sequestra a nossa soberania e os nossos direitos.

Como tratar então essa questão de forma didática e política?

Aqui retomamos o tema das Semanas Sociais, sobretudo a 3ª SSB, e o conjunto de atividades que foram organizadas para fazer este debate de forma ampla. Foi então, preparado um conjunto de materiais que subsidiaram essa reflexão nas comunidades eclesiais de base, escolas, universidades, pastorais e movimentos sociais, sindicatos. Então o que antes era o debate de alguns, passou a ser o tema central para muitas pessoas. O Tribunal da Dívida Externa em 1999, no teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, foi um grande exercício desse caminho de pensar o endividamento para além da dívida financeira, contábil.

Para chegar neste marco do Tribunal, organizado por diversos movimentos sociais, abriu-se uma perspectiva metodológica e pedagógica do tribunal popular como instrumento de luta e desconstrução de um modelo de tomar decisões, ou seja, nós, os povos, queremos participar das decisões.

Neste mesmo caminho pedagógico de enraizar esse debate sobre as dívidas externa e interna, aconteceu o primeiro plebiscito popular como instrumento de diálogo com as pessoas nos espaços onde elas vivem e atuam, nas comunidades, bairros, escolas, dentre outros espaços.

Em 2000, o Plebiscito da Dívida gerou uma ação articulada de debate e de mobilização que extrapolou o escopo pensado pelas coordenações. Três questões motivadoras para o debate e que depois foram as perguntas levadas à votação popular durante a Semana da Pátria, com as mobilizações já tradicionais do Grito dos/as Excluídos/as: sobre orçamento público, a auditoria e o FMI. O resultado foi estupendo, mais de 6 milhões de votos!

Com esse processo sendo enraizado desde as comunidades de base com as Semanas Sociais Brasileiras, simpósios, tribunais e o plebiscito da dívida, começamos a trazer para o centro do debate a disputa do dinheiro público. O mesmo dinheiro que vai

para o pagamento de juros da dívida é o mesmo que poderia ir para moradia popular, melhorar nosso sistema de saúde, o SUS, para educação e saneamento, problemas históricos vividos pela população brasileira.

Um dos argumentos usados por Fernando Henrique Cardoso quando da privatização da Vale e de outras empresas públicas no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 era de que faltavam recursos para as políticas sociais e o pagamento da dívida. Algo que é recorrente nos dias atuais. Problema que, como sabemos, não se resolve criando mais problemas, como é o caso das privatizações.

O Plebiscito da Dívida e o processo desencadeado foram centrais para desenvolver uma força pedagógica de articulação e mobilização que até hoje segue nos inspirando. Importante destacar que mecanismos de participação popular, como os plebiscitos e referendos, são parte de nossa Constituição Federal, que pouco foi implementada, mesmo em governos democráticos populares.

Seguimos um caminho de plebiscitos populares como processo e como pedagogia. Com este acumulado, no ano de 2002 realizamos, com uma gama ainda maior de movimentos sociais, o 2º plebiscito, desta vez sobre a ALCA – Área de Livre Comércio das Américas. Neste plebiscito a mobilização social foi ainda maior, alcançamos mais de 10 milhões de votos em três perguntas mobilizadoras.

Em 2004, no Equador, durante o no Fórum Social das Américas, interconectamos politicamente o tema da dívida com o das privatizações/tratados de livre comércio (TLCs/transnacionais) e a questão da militarização/criminalização dos movimentos sociais.

O escopo político se ampliou nesse período. As lutas se interconectaram e as forças populares se fortaleceram. Vivia-se na América Latina e Caribe uma crescente ascensão das lutas sociais.

Nesse mesmo ano de 2004 havia ocorrido a ocupação militar do Haiti, cujo comando militar estava nas mãos do Brasil e, em particular, do general Heleno. Sim. A presidência era de Lula. E em 2005 coordenamos uma Missa de Solidariedade ao Haiti, com o Jubileu Sul Américas e a presença de diversas personalidades para apoiar nas denúncias de violações que já se processavam desde o Haiti.

A Missão aconteceu com a voz forte e firme de Adolfo Perez Esquivel e Nora Cortinas, reforçando nosso coro de denuncia às terríveis situações encontradas no país. Inclusive que mesmo com fome, terremoto, tropas de ocupação etc., o Haiti continuava obrigado, e continua até os dias de hoje, a pagar sua dívida pública. Vale ressaltar que esta dívida foi imposta pela França para reconhecer a independência do país.

Seguimos por aqui no Brasil

Com os esforços empenhados na América Latina e Caribe, vale o registro de que em 2005, em Mar del Plata, Argentina, os movimentos sociais unificados derrotaram a ALCA. E aqui no Brasil seguimos no esforço pedagógico de construção de instrumento de escuta e de organização de massa, onde os temas centrais estavam presentes, o famoso tripé das lutas populares: a) privatizações/tratados de livre comércio - TLCs/transnacionais; b) dívidas; e c) militarização/criminalização dos movimentos sociais.

Neste esforço, e em meio à 4ª Semana Social Brasileira que discutia o Mutirão pelo Brasil, surgiram as Assembleias Populares, que foram se espalhando por ruas, bairros e com elas

debatendo os problemas históricos já mencionados aqui, mas a esta reflexão agregamos o desafio de pensarmos juntas qual o *Brasil que queremos, como projeto de país, de povo?*

Em 2005, realizamos em Brasília a I Assembleia Popular, com mais de oito mil pessoas vindas de todos os cantos desse nosso país. Foi um momento significativo de pensar e elaborar a várias mãos, e sonhos, a escrita de um documento chamado *O Brasil que Queremos!*

Este documento apontou elementos de reflexão estratégicos, como o olhar para os biomas, os direitos, as políticas sociais para negros, mulheres e a inclusão de grupos LGBTQI+. Sem dúvida é um marco em diferentes aspectos e que aportou para os debates que temos hoje. Abriu algumas janelas.

Neste caminho até aqui, o tema da dívida segue tendo um mote prioritário para algumas organizações sociais. Deixa de ter uma centralidade na agenda política do governo federal, pois se divulgou amplamente que a dívida não é mais um problema, já que foi paga a dívida com o FMI, então a dívida externa, que mobilizou muitos, passou a não mais interessar.

Por outro lado, o que vimos neste período foi uma subida estratosférica da dívida interna brasileira. O Governo trocou dívida externa por interna que possui os juros mais altos do mundo e prazos curtíssimos. Uma decisão de enxugar gelo. Com essa política, o governo promoveu o discurso do “fim da vulnerabilidade externa” ao passo que não tomou medidas para o controle do fluxo de capitais, seja da dívida externa, interna, ou qualquer tipo de investimento. A nossa soberania seguiu – e segue – ameaçada.

Neste caminho coletivo nos encontramos em 2012 na Rio + 20, no Rio de Janeiro, onde aprofundamos a perspectiva

da financeirização da economia, da vida, da natureza. Ou seja, o desafio de pensar o conjunto e não as partes foi tomando centralidade. Ao pensar outra economia, centrada nos territórios, nos nossos corpos e na natureza como portadora de direitos, a amplitude do debate para além do viés financeiro tomou outra dimensão. Desde então, o debate sobre dívida financeira, social, histórica, ambiental e por reparações passou a ter uma centralidade na reflexão e no atuar da Rede Jubileu Sul no Brasil e na América Latina e Caribe.

Esse debate sobre a dívida pública, interna e externa, foi aprofundado com a chegada ao Brasil do circuito dos megaeventos esportivos e começamos, então, a nos somar às denúncias e resistências que as organizações desde as cidades-sede da Copa de Futebol 2014 gritavam.

O impacto financeiro da Copa se refletiu no processo de endividamento dos municípios e dos estados, pois apenas 1,4% dos gastos partiu da iniciativa privada; os 98,6% foram pagos com dinheiro público. A fonte continua sendo o Estado, através dos impostos e tributos que todos nós pagamos. E quando não há dinheiro, a saída é a criação de novas dívidas.

É importante que se diga que, como Jubileu Sul, passamos a incorporar na reflexão, no debate político, a perspectiva da dívida social e reparações históricas. Com os megaeventos, esse debate se posicionou com maior centralidade tendo em vista o impacto às comunidades nas cidades-sede da Copa, assim como nas populações que seriam removidas das regiões onde seriam construídas a infraestrutura para os jogos.

Portanto, neste caminho percorrido são perceptíveis as mudanças nas reflexões para entender o todo a partir do chão dos territórios, dos corpos das mulheres, que também é um território, das lutas das comunidades, as quais seguimos acompanhando.

E as mulheres? São elas as maiores credoras de uma dívida social, histórica e ambiental? Também dizemos que sim e miramos nosso trabalho na perspectiva do fortalecimento das organizações-membro da Rede que trabalhavam nessa perspectiva, sem excluir ninguém, já que a Rede Jubileu Sul é uma organização plural e mista.

Somos uma rede ampla e plural de coletivos, movimentos sociais, organizações populares e ecumênicas, política não partidária, de comunidades, militantes, educadores/as, de mulheres, jovens, camponeses/as, indígenas na defesa dos direitos humanos e sociais, coordenada por vários movimentos sociais, organizações populares, pastorais, comunidades e militantes em diferentes níveis (local, estadual e nacional), com objetivo comum de articular-se e somar-se na luta contra toda forma de violação de direitos, especialmente promovidos pelo modelo de desenvolvimento capitalista, extrativista, de megaprojetos e gerador do endividamento.

Na América Latina, somos parte do Jubileu Sul/Américas, que também é uma rede ampla e plural de coletivos, organizações, movimentos populares e militantes, indígenas, camponeses, ecumênicos, de mulheres e direitos humanos, que lutam pela anulação e reparação das dívidas e contra toda forma de dominação capitalista, patriarcal, sexista e extrativista. É um espaço na região para a defesa dos povos, da natureza e de todas as suas manifestações e expressões. Espaço fundamental e protagonista dos povos nos processos de resistência e na construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento em curso.

Trabalhamos juntos e juntas no desenvolvimento de um movimento global pelo cancelamento e repúdio às dívidas externas e internas, e exigindo a reparação e restituição do imenso dano que provocam aos países endividados e ao desenvolvimento humano, social, ambiental, político e econômico de nossos povos.

Nossa ação segue fortemente inserida na mobilização, articulação e fortalecimento das lutas e resistências territoriais e contra toda forma de exploração, violência e violações provocadas pela submissão de nossos países ao modelo capitalista, tais como o endividamento, que é estruturante do sistema, a militarização, e os Acordos de Livre Comércio que atentam contra os direitos humanos e a soberania dos nossos povos.

Propomos uma integração fundamentada na promoção da vida digna para todas e todos, baseada nos valores do respeito à diversidade cultural dos povos, na colaboração solidária e internacional. Defendemos uma sociedade pautada no combate às desigualdades e aos custos humanos, sociais, ecológicos, financeiros e políticos provocados pela dívida e a sua vinculação com as demais políticas de livre comércio, privatização, guerra/militarização, extrativismo e violação sistemática dos direitos humanos. Promovemos o reconhecimento da ilegitimidade da dívida através da investigação integral e por reparações.

Somos uma rede com 23 anos de caminhada construindo as resistências a partir e desde os povos, territórios, coletivos, organizações e movimentos populares, militantes, indígenas, camponeses, ecumênicos e de diálogo inter-religioso, de mulheres e jovens, na defesa dos direitos humanos e sociais.

Seguimos atuando e construindo a resistência contra o modelo de dominação capitalista, patriarcal, sexista, racista, classista e extrativista e lutamos pela anulação e reparação das dívidas financeira, social, socioecológica, de gênero, racial, e histórica da colonização. Fortalecendo o empoderamento das mulheres e de coletivos territoriais, sejam eles indígenas ou povos tradicionais, as juventudes, apostando todas as nossas forças nas lutas territoriais por direitos, no combate às violências e no racismo estrutural, esperançando e caminhando na construção de um Brasil para todos os povos, por Terra, Teto e Trabalho.

Apostamos na comunicação popular como elemento central e estratégico para o enfrentamento deste modelo de dominação.

A vida acima da Dívida, somos nós os povos os/as credores/as!

**Rosilene Wansetto: Mestra em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Militante feminista, educadora popular e aprendiz. Atua como Secretária Executiva da Rede Jubileu Sul Brasil desde 2001.*

Sandra Quintela: Economista, educadora popular, articuladora da Rede Jubileu Sul Brasil e presidenta do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS).

Esta obra foi impressa em Fortaleza/CE,
no ano de 2022, composta com fontes
Minion Pro - Miolo em Papel Polén 75g/m²
e capa em Papel Supremo.

A **Rede Jubileu Sul Brasil** é uma organização ampla e plural de coletivos, movimentos sociais, organizações populares e ecumênicas, política não partidária, que luta pela anulação e reparação das dívidas sociais e contra toda forma de dominação capitalista, patriarcal, sexista e extrativista.

As organizações que compõem a Rede no Brasil e na América Latina trabalham unidas para o desenvolvimento de um movimento global pelo cancelamento e repúdio das dívidas externas e internas, assim como pela reparação e restituição do imenso dano que esse sistema de endividamento provoca aos países, dificultando o desenvolvimento humano, social, ambiental, político e econômico dos povos.

Brasil, 200 anos de independência e dívida

No marco das celebrações do bicentenário da independência do Brasil os artigos compartilhados nesta publicação indicam um caminho de leitura crítica a respeito da independência ainda a se realizar, especialmente para a população brasileira empobrecida, que luta por direitos fundamentais.

Os artigos são assinados por:

Alessandra Miranda, Alfredo J. Gonçalves, Aline Miglioli, André Lima Sousa, Dirlene Marques, Fabio Luis Barbosa dos Santos, Helder Gomes, José Valdeci Santos Mendes, Luis Fernando Novoa Garzon, Magnólia Said, Marcos Arruda, Nilo Sergio Aragão, Polly Policarpo, Rosa Marques, Rosilene Wansetto, Secretaria Nacional do Grito dos Excluídos e Excluídas, Sandra Quintela e Virgínia Fontes.

ISBN 978-65-87480-34-3



9 786587 480343